



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA - UNAGEO
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

JAIZA FERREIRA LEITE E EVANGELISTA

A EXPANSÃO URBANA DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS - PB

CAJAZEIRAS – PB

2015

JAIZA FERREIRA LEITE E EVANGELISTA

A EXPANSÃO URBANA DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS - PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG / CFP/ UNAGEO, sob orientação do Prof. Dr. Santiago Andrade Vasconcelos.

CAJAZEIRAS PB

Dezembro de 2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)

Denize Santos Saraiva - Bibliotecária CRB/15-1096

Cajazeiras - Paraíba

E923e Evangelista, Jaiza Ferreira Leite e

A expansão urbana de São José de Piranhas - PB. / Jaiza Ferreira Leite e Evangelista. - Cajazeiras: UFCG, 2015.

60f. : il.

Bibliografia.

Orientador (a): Prof. Dr. Santiago Andrade Vasconcelos.

Monografia (Graduação) – UFCG.

1. Cidade. 2. Expansão urbana. 3. Projeto Integração do Rio São Francisco. 4. Crescimento Desordenado. I. Vasconcelos, Santiago Andrade. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU – 911.375.1

JAIZA FERREIRA LEITE E EVANGELISTA

A EXPANSÃO URBANA DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS - PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do
título de Licenciada em Geografia pela
Universidade Federal de Campina Grande –
UFCG / CFP / UNAGEO.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Santiago Andrade Vasconcelos (Orientador)
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
Centro de Formação de Professores - CFP
Unidade Acadêmica de Geografia - UNAGEO

Prof^ª. Dra. Cícera Cecília Esmeralda Alves
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
Centro de Formação de Professores - CFP
Unidade Acadêmica de Geografia - UNAGEO

Prof. Dr. Josias de Castro Galvão
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
Centro de Formação de Professores - CFP
Unidade Acadêmica de Geografia - UNAGEO

Dedico o presente trabalho, primeiramente, a Deus, por se fazer presente em minha vida; Aos meus pais Francisco Bezerra e Francisca Ferreira por terem sempre me apoiado; Ao meu esposo Herbert Evangelista por toda força que sempre me deu durante o decorrer do curso e, aos meus filhos Nicolas Evangelista e Naira Luiza Evangelista pelo nosso amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

Tem coisas que acontecem em nossa vida para que possamos conhecer realmente as pessoas que estão em nossa volta. E assim, termos oportunidade de agradecer por todas as palavras, forças e amizade, pois sem isto nada seríamos.

Inicialmente quero agradecer a Deus, por sua infinita misericórdia, pois sem Ele eu não teria tido forças para enfrentar essa longa jornada;

Ao meu orientador Dr. Santiago pelo seu conhecimento na área e sua atenção em me orientar com toda boa vontade;

Aos meus pais Francisco Bezerra e Francisca Ferreira, por todo apoio nas horas de socorro em se dispor em ficar com os meus filhos nos momentos que mais precisei durante todo este Curso;

Ao meu esposo Herbert Evangelista, que desde o início do Curso, me incentivou sempre estando ao meu lado nos momentos de alegria e naqueles em que precisei de seu auxílio e de sua companhia;

Aos meus irmãos Davi Ferreira e Jorge Amaro pela suas palavras de incentivo que não me deixaram desistir;

As minhas primas Damiana Anityanne e Hatayanne Maria, pela amizade e apoio, me dando sempre forças em todos os momentos do Curso;

Aos professores do Curso de Licenciatura em Geografia da UFCG, Campus Cajazeiras, por todo conhecimento e experiências compartilhadas com seus alunos no decorrer do curso;

Aos meus colegas, que durante todo esse percurso dividimos aprendizado e, por isso, acabamos nos tornando uma família, e muitos momentos vividos serão levados por toda vida, em especial a Flávio Henrique, Wellington Pádua, Lucas Alves, Fernando Sousa, Klêdson Pinheiro, Ilda Estrela, Jakline Medeiros, Eliziana Oliveira, Camila Oliveira, Nalrigene Pereira e Rita de Cássia.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objeto de estudo a expansão urbana da cidade de São José de Piranhas - PB. Destaca a constituição territorial do município e os principais eventos que ao longo de sua história afetaram a geografia urbana da cidade. A problemática que se coloca se refere como está se dando a expansão urbana da cidade. A preocupação principal é entender a constituição histórica e a evolução de como se deu o processo de expansão urbana da cidade, focando nas décadas recentes. Mais especificamente, pretende analisar também como a execução das obras de Integração do Rio São Francisco impactou a expansão urbana da cidade, identificando os principais pontos que podem ser enquadrados como áreas de crescimento desordenado; e, por fim, apontar algumas áreas como alternativas para se diminuir o crescimento desordenado ocasionado pela expansão urbana. A abordagem teórico-metodológica iniciou-se com a pesquisa bibliográfica e a construção da fundamentação teórica. A aproximação com a realidade empírica numa perspectiva histórica se deu buscando referenciais sobre o processo de constituição territorial e urbana do município em estudo. A etapa seguinte foi a pesquisa de campo, a coleta de dados e imagens, e a observação das paisagens acompanhada de registro fotográfico. Finalizamos com a interpretação e análise das informações coletadas para daí extrair os resultados e discussões. Diante do exposto, concluímos que, independentemente do tamanho da cidade, encontraremos inúmeros problemas no que concerne ao seu crescimento, porém se as ações legais cabíveis aos órgãos governamentais fossem colocadas em prática e que os interesses privados não se sobressaíam ante ao interesse público, teríamos como coordenar a referida expansão de forma mais equilibrada proporcionando melhor qualidade de vida para toda população.

Palavras chaves: Cidade. Expansão Urbana. Crescimento Desordenado. Projeto Integração do Rio São Francisco.

ABSTRACT

This research has as object of study the urban expansion of the city of São José de Piranhas - PB. Emphasizes the territorial constitution of the city and main events along its story that affected the urban geography of the city. The problem that arises refers to showing the urban expansion of the town. The main concern is to understand the historical constitution and the evolution of how was the process of urban expansion of the city, focusing in recent decades. More specifically, also intends to analyze how the implementation of the integration works of the São Francisco River has impacted the urban expansion of the city, identifying the main points that can be framed as areas of disorderly growth; and finally, point out some areas as alternatives to reduce disorderly growth caused by urban sprawl. The theoretical-methodological approach started with the bibliographic research and building the theoretical foundation. The approximation to empirical reality from a historical perspective was given looking for references about the process of territorial and urban constitution of the municipality under study. The following stage was to fieldwork, data collection and imaging and observation of landscapes and photographic record. We finish with the interpretation and analysis of information collected to then extract the results and discussions. Before the above concluded that independently of the size of the city, there are numerous problems concerning to its growth, but if the legal action appropriate government agencies were punctually put in practice and that private interests are not stand out compared to such norms, we would like to coordinate the urban expansion equitable form providing quality of life for all population.

Keywords: City. Urban Expansion. Disorderly Growth. The São Francisco River Integration Project.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -Localização do município de São José de Piranhas no Estado da Paraíba.....	12
Figura 2 - Planta da cidade de São José de Piranhas - PB (anos de 1937 a 1949)	22
Figura 3 - Planta da cidade de São José de Piranhas - PB (anos de 1950 a 1969)	24
Figura 4 - Planta da cidade de São José de Piranhas - PB (anos de 1970 a 1989)	25
Figura 5 - Planta da cidade de São José de Piranhas - PB (anos de 1990 a 2009)	28
Figura 6 - Planta da cidade de São José de Piranhas - PB (anos de 2010 a 2014)	30
Figura 7 - Localização do Eixo Leste e do Eixo Norte do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional	32
Figura 8- Zoneamento do espaço urbano da planta da cidade de acordo com as nomenclaturas do Plano Diretor.....	46

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Vista parcial do cemitério da antiga Vila de São José Piranhas.....	18
Fotografia 2 - Vista do açude São José I.....	20
Fotografia 3 - Capela de São Sebastião nos dias atuais.....	23
Fotografia 4 - Túnel de Cuncas II.....	33
Fotografia 5 - Canal de ligação e transporte das águas do Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco às Bacias do Nordeste Setentrional	33
Fotografia 6 –Bairro Zuza Holanda.....	36
Fotografia 7 -Loteamento Nova Canaã.....	38
Fotografia 8 - Estreitamento no seguimento da Rua Nobertson de Souza Meireles (antiga Rua Irapuan Leitão da Cunha) ao cruzar com a Rua Malaquias Gomes Barbosa.....	47
Fotografia 9 - Desalinhamento das casas na Rua José Martins de Oliveira, bairro São Francisco.....	48
Fotografia 10 - Construções habitacionais do bairro Zuza Holanda próximas do Riacho São José I.....	49
Fotografia 11 - Rua Antonia Maria de Jesus, bairro Santo Antonio	50
Fotografia 12 - Base do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) em rua sem pavimentação.....	50
Fotografia 13 – Beco estreito que dá acesso a Rua Nobertson de Souza Meireles (antiga Rua Irapuan Leitão da Cunha) e a Rua Maria Candida de Lima.....	51
Fotografia 14 - Presença de “beco” no bairro da Várzea	51
Fotografia 15 -Estreitamento das vias e passeios públicos.....	52
Fotografia 16 - Conjunto habitacional Deuzimar Cavalcanti construídos pelo Estado sem infraestrutura, localizado na Zona de Expansão Urbana 2 (ZEU2).....	53

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Crescimento populacional, urbano e rural, do município de São José de Piranhas - PB (anos de 1970 a 2010).....	26
--	----

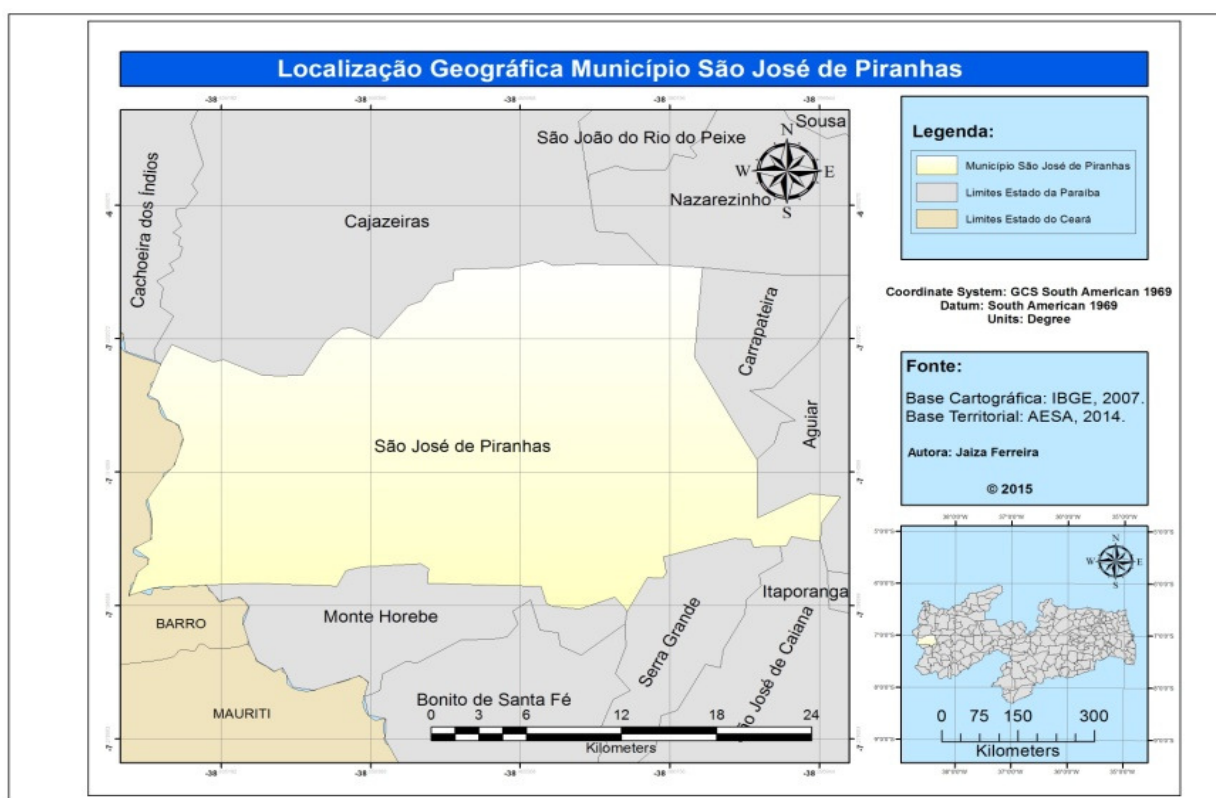
SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	FORMAÇÃO TERRITORIAL DA CIDADE DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS – PB	15
	2.1 A influência da família Ávilas e a Casa da Torre na ocupação do sertão paraibano	15
	2.2 O surgimento da vila de São José de Piranhas.....	16
	2.3 O processo de transferência da vila de São José de Piranhas para o sítio geográfico de Jatobá.....	18
3	O CRESCIMENTO POPULACIONAL E ESPACIAL DA CIDADE DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS - PB	21
	3.1 O impacto urbano causado após a chegada das obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco em São José de Piranhas - PB	31
	3.2 A expansão urbana através dos loteamentos.....	35
4	ANÁLISE ATUAL DE ALGUNS BAIRROS DA CIDADE DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS - PB	40
	4.1 A importância do planejamento nas pequenas cidades.....	40
	4.2 Plano Diretor da cidade de São José de Piranhas - PB	42
	4.3 Os problemas mais comuns encontrados na cidade de São José de Piranhas - PB	48
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
	REFERÊNCIAS	58

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho constitui-se em um estudo sobre o processo de expansão urbana da cidade de São José de Piranhas - PB, Brasil. A mesma localiza-se no extremo oeste do Estado, fazendo parte da Mesorregião do Sertão Paraibano e da Microrregião de Cajazeiras. Segundo dados do IBGE (2014), ocupa uma área de 677,305 km². De acordo com o Censo Demográfico de 2010 contava com uma população de 19.096 habitantes a qual estimativa populacional para 2013 de 19.732. Observemos abaixo, na (Figura 1) a localização do município.

Figura 1 -Localização do município de São José de Piranhas no Estado da Paraíba



Fonte: Da própria autora (2015).

O motivo do tema escolhido é justamente para se entender o problema de uma cidade, que embora tenha sido planejada, tendo seu espaço territorial cuidadosamente escolhido para sua construção, encontramos hoje, focos de um crescimento desordenado e uma significativa expansão urbana. Portanto, indaga-se como está ocorrendo à expansão urbana recente e seus resultados para o ordenamento espacial da cidade.

Embora a cidade de São José de Piranhas – PB venha crescendo no decorrer dos anos, em destaque entre 1970 e 2010, um fator considerável que devemos ressaltar foi o aumento progressivo do investimento imobiliário, advindo com o surgimento dos loteamentos na cidade. Estes investimentos contribuíram para sua expansão, sem falarmos que, com a vinda de empresas para executar as obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco¹ que perpassa pelo município, provocou uma supervalorização no setor imobiliário de um modo geral, devido à busca de moradias para seus funcionários e suas respectivas famílias. Bem como, as famílias que ocupavam as áreas rurais do município que abrangem o Projeto, que por sua vez, foram indenizadas, ocasionando assim o êxodo rural para a sede do município. Tais mudanças não foram ocorrendo de forma “planejada”, como assim, foi o surgimento da cidade desde sua transferência, gerando assim, um crescimento desordenado em várias localidades.

Diante disto, levantamos o seguinte questionamento: Como está se dando a expansão urbana de São José de Piranhas - PB? Este, por sua vez, motivou a presente pesquisa, com a preocupação principal de entender sua constituição histórica e a evolução de como se deu seu processo de expansão urbana. Mais especificamente, pretendemos analisar também, como o Projeto Integração do Rio São Francisco impactou a expansão urbana da cidade, bem como identificar os principais pontos da cidade que podem ser enquadrados como áreas de crescimento desordenado e, por fim, verificar as normas jurídicas que tratam do desenvolvimento urbano local e apontar algumas áreas como alternativas para se diminuir o crescimento desordenado ocasionado pela expansão urbana.

Buscando a operacionalização dos objetivos acima elencados inicialmente realizamos uma abordagem teórico-metodológica com base em pesquisas relacionadas à temática em estudo, com o intuito de alcançar uma maior compreensão desta. Assim procedendo, formou-se a fundamentação teórica, arcabouço essencial para o desenrolar da pesquisa. Para inteirar a etapa anterior, buscamos referenciais que oferecessem entendimento histórico da constituição territorial e urbana do município em estudo, visando uma melhor compreensão empírica do objeto em estudo, mesmo que limitada e genérica. Posteriormente realizamos a pesquisa de campo em alguns pontos da cidade, como também nos loteamentos localizados no entorno da mesma.

Para complementar as etapas anteriores, realizamos a coleta de dados e imagens dos novos bairros com o surgimento dos loteamentos na cidade de São José de Piranhas - PB.

¹ O Projeto de Integração do Rio São Francisco será tratado com mais detalhes em item específico do presente trabalho.

Também fizemos uso da observação das paisagens apresentadas em registros fotográficos para melhor subsidiar as análises. Esta foi feita de forma sistemática, ou seja, foram pré estabelecidos os possíveis impactos a serem analisados, favorecendo uma melhor compreensão acerca dos problemas evidenciados. Finalizamos com a interpretação e análise das informações coletadas para daí extrair os resultados e discussões.

A operacionalização dos objetivos resultou numa estrutura de três capítulos. No primeiro, buscamos entender o início da ocupação territorial do município, que se deu em outra localidade, em decorrência da transferência do povoado da vila São José de Piranhas, devido à construção do açude Engenheiro Ávidos naquela localidade, bem como seu processo planejado de realocação. No segundo, abordamos como ocorreu a evolução urbana da cidade de São José de Piranhas - PB, verificando seu crescimento demográfico e sua expansão urbana, enfocando com mais precisão nas últimas décadas, e especificamente chamando a atenção para os impactos causados com a chegada do Projeto de Integração do Rio São Francisco. No terceiro, realizamos uma análise da ocupação atual de alguns bairros da cidade, bem como do Plano Diretor do município, buscando identificar e compreender as causas do crescimento desordenado, atentando para problemas visíveis que vêm afetando a vida dos moradores.

2 FORMAÇÃO TERRITORIAL DA CIDADE DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS - PB

Para melhor entendermos o processo de formação territorial da cidade de São José de Piranhas-PB, iniciaremos os nossos estudos relatando desde os seus primeiros vestígios até o momento em que a vila é tomada pela construção do açude Engenheiro Ávidos, ocasionando assim, a transferência da vila para o Sítio Jatobá, este sendo o local da atual localização da cidade de São José de Piranhas – PB.

2.1 A influência da família Ávilas e a Casa da Torre na ocupação do sertão paraibano

Visando entender a formação territorial e o surgimento da cidade de São José de Piranhas - PB, recorreremos a generalizações no que diz respeito à ocupação do território Paraibano para poder, a partir daí e diante da escassez de referências específicas, realizarmos esforços para contextualizar o nosso objeto de estudo.

No campo das generalizações iniciamos considerando que em 1549 ocorreu à chegada da primeira pessoa da família Ávila, Garcia d'Ávila no estado Brasileiro. Ele acompanhou a missão fundadora de Tomé de Sousa, este, o primeiro governador da América portuguesa. Sabe-se que a família Ávila com sua Casa da Torre², formou um grande patrimônio, o qual correspondia às terras que abrangiam os seguintes estados: Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Piauí. Com a morte de Ávila em 1609, a Casa da Torre aumentou seu domínio de terra abrangendo grande parte do sertão da Bahia e do Sergipe, onde em seguida estendera parte do vale do Rio São Francisco, ocupando terras em Pernambuco, Piauí e Paraíba e inclusive o Rio Grande do Norte (BARBOSA, 2012; NOZOE, 2005).

A Casa da Torre teve posse dessa vasta área por meio da concessão de sesmarias, devido seus serviços prestados a Coroa, como suas lutas travadas contra os indígenas. A Casa da Torre era ligada a família que possuía prestígio e poder, práticas militares e experiência em guerra contra o gentio. Sua sede era na Bahia de onde eles controlavam todas suas áreas dominantes, os quais eram influentes na ocupação de cargos políticos e militares.

A ocupação territorial da Paraíba se deu no litoral, após a retirada dos holandeses da Capitania da Paraíba. Supomos que alianças foram formadas entre as famílias dos Ávila e dos Oliveira Ledo no momento da ocupação das terras do sertão Paraibano. Segundo Barbosa

² A Casa da Torre pertencia à família dos Ávilas, oriundos da Bahia. Possuía um dos maiores patrimônios no período colonial, com extensas terras na atual região do Nordeste brasileiro (Barbosa, 2012).

(2012, p. 8) “o período de 1757 a 1765, foram concedidas, pelo menos, 28 sesmarias, que, se sabe, correspondentes a terras ditas pertencentes da Casa da Torre no sertão da capitania da Paraíba”.

No final do século XVIII, a Casa da Torre já havia perdido grande parte de suas terras através das cartas das sesmarias que davam poder de posse para os grandes latifundiários que, conforme Nozoe (2005), o valor comum referente a cada uma das sesmarias era de uma légua de frente por três de fundo ou vice versa.

2.2 O surgimento da vila de São José de Piranhas

A cidade de São José de Piranhas - PB passou por algumas mudanças no decorrer de sua história. Podemos encontrar seus primeiros vestígios no século XVIII. Segundo o IBGE (2014) “supõe-se que o território tenha sido constituído pelas antigas sesmarias pertencentes à Casa da Torre e os fazendeiros de Piancó que ali se estabeleceram, por volta do século XVIII”.

Em sua história há uma lacuna desde seus primeiros registros, que vamos encontrar depois que se extingue, em 1753, o direito da Casa da Torre, onde todos os fazendeiros para terem direito as terras ocupadas, deveriam fazer um requerimento para regularizá-las, enviando suas solicitações ao governo-geral. Em 1759, depois de se passar seis anos após ter sido extinto o direito da Casa da Torre é que aparece o primeiro requerimento de sesmarias feito por Vital Vieira da Costa na localidade do sítio São José de Piranhas. (Lima, 2010)

Diante disso, entendemos que o povoamento do sítio de São José de Piranhas iniciou-se em 1759 com o direito das sesmarias. Há registros de que em 1783, Vital Vieira da Costa doa para a Paróquia da cidade de Sousa - PB, um terreno no sítio de São José de Piranhas, para construção de uma capela. No decorrer de mais de uma década não se encontra registro sobre São José de Piranhas, só aparecendo em 1799 quando a então vila de Sousa passou a ser sede do município, ocasião em que seus vereadores nomeiam uma espécie de delegado para ajudar a administrar alguns sítios, incluindo São José de Piranhas. No século seguinte, encontramos dados que mostram São José de Piranhas como distrito do município de Cajazeiras - PB³.

Em 1885, quando o sítio São José de Piranhas se torna vila e adquire a sua independência, nessa época são construídos os primeiros prédios públicos, entre eles a câmara

³ Distrito criado com a denominação de São José de Piranhas, pela lei provincial nº 13, de 10/11/1840, subordinado ao município de Cajazeiras - PB. Elevado à categoria de Vila com a denominação de São José de Piranhas, pela lei provincial nº 791, de 24/09/1885, desmembrado de Cajazeiras - PB. Sede na antiga povoação de São José de Piranhas. Constituído do distrito sede. Instalada em 10/11/1890 (IBGE, 2014).

legislativa. No mesmo período o governador nomeia o primeiro prefeito para administrar a Vila. Esta tinha como principais fontes de renda a criação de gado bovino, o cultivo do algodão, a fabricação de farinha e de rapadura, estes produzidos em demanda para abastecerem outras cidades da região. Ainda tinha o cultivo do feijão, milho e arroz, produtos da agricultura familiar para subsistência e seu pequeno excedente para ser vendidos em uma escala menor para as cidades vizinhas. No decorrer dos anos, a vila foi se desenvolvendo e disponibilizava para seus moradores alguns serviços, entre eles, uma agência dos Correios, um pequeno comércio com produtos básicos, uma Igreja Católica e um cemitério (LIMA, 2010).

No momento em que a vila começou a crescer, ocorre algo de grande impacto que altera radicalmente sua dinâmica e, inclusive, sua localização. Ocorre que em 1909, o Presidente da República, Nilo Peçanha, criou a Inspetoria Nacional Contra as Secas - INCS, com a finalidade principal de construir obras hídricas no semiárido. No âmbito da Inspetoria, planejou-se construir uma grande barragem que atingiria, por meio das águas represadas, a vila de São José de Piranhas e esta deveria ser transferida para outra localidade. As obras de construção da barragem, que popularmente ficou conhecida como “Boqueirão”, tiveram início em 22 de julho de 1921, mas mesmo sem estar concluída, elas foram paralisadas em 1925. Durante o período em que as obras não estavam em execução, São José de Piranhas teve um aumento no ramo alimentício, na produção de algodão e na criação de gado. Foi um momento de expansão urbana com o surgimento de novas ruas e a construção do Mercado Público (LIMA, 2010, p. 89-91).

Somente no dia 20 de junho de 1932, as obras retomam a construção do açude Engenheiro Ávidos (o “Boqueirão”) em ritmo intenso, chegando a sua conclusão. Com a barragem pronta, as autoridades da vila passaram a enfrentar um grande problema: encontrar um lugar para relocar São José de Piranhas. Depois de várias buscas a fim de encontrar o melhor sítio geográfico que acolhesse a vila, decidiram pelo Sítio Jatobá, o qual tinha uma boa situação geográfica e já possuía uma capela construída em 1860, a saber, a Capela de São Sebastião (LIMA, 2010, p. 91).

Segundo Lima (2010, p. 91), no dia 28 de novembro de 1935 foi aprovada a lei⁴ que fazia a transferência da vila de São José de Piranhas, para o novo local, o Sítio Jatobá, e assim são iniciadas as construções.

⁴Lei nº12 de 28 de novembro de 1935. Art. 1º - A sede da Vila São José de Piranhas - PB fica transferida para o lugar Jatobá, sítio a 10 quilômetros ao sul da mesma Vila, conservando a denominação São José de Piranhas (LEITÃO, 1985 apud LIMA, 2010, p.91).

Enfim, a antiga vila de São José de Piranhas fica submersa nas águas da barragem de Boqueirão (como assim é denominado o açude Engenheiro Ávidos até os dias de hoje), só mostrando seus testemunhos quando o volume de água está baixo como podemos ver na (Fotografia1) em que aparece parte do antigo cemitério.

Fotografia1 - Vista parcial do cemitério da antiga vila de São José Piranhas



Fonte: Lima (2013).

2.3 O processo de transferência da vila de São José de Piranhas para o sítio geográfico de Jatobá

No dia 01 de janeiro de 1937 é transferida oficialmente a vila para sua nova sede, em meio a festividades, com uma sessão solene na Câmara Municipal, presidida pelo vereador Joaquim Gonçalves de Assis. Nesta época iniciava-se uma nova etapa para a população piranhense⁵ onde todos se encontravam esperançosos, apesar dos prejuízos que tiveram com suas casas e comércios submersos pelas águas da barragem “Boqueirão”.

São José de Piranhas foi a primeira sede de município do Nordeste a ser transferida, devido à construção de uma barragem, por este motivo a nova sede foi planejada. Assim, foi construída seguindo rigorosamente à planta original, de autoria do Engenheiro Silvo Aderne. Quando foi inaugurada contava com os seguintes prédios públicos: Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, Fórum, Mercado Público, Mercado de Frutas, Açougue, Matadouro,

⁵ Gentílico de São José de Piranhas

Cadeia Pública, Cemitério, entre outros, além de centenas de casas onde eram distribuídas em ruas largas e em quarteirões paralelos. (Lima, 2010)

No Governo de Getúlio Vargas foi implantada uma nova organização municipal e estadual por meio da Lei Federal de nº 311 de 02 de março de 1938, na qual as vilas sedes dos municípios passariam a serem cidades⁶. Para evitar coincidências de nome, os moradores e autoridades poderiam mudar o nome da sua sede, se assim o desejassem.

Neste contexto normativo, foi realizado no dia 01 de janeiro de 1939 a mudança de nome da cidade, que passou a ser denominada de Jatobá. Em 14 de novembro de 1952, por meio de um Projeto de Lei nº 800, apresentado a Assembleia Legislativa Estadual pelo deputado Humberto Lucena, foi aprovado por unanimidade, a mudança de nome da municipalidade, voltando a ser denominada de São José de Piranhas⁷.

Conforme aponta Lima (2010) alguns fatores que contribuíram para o resgate do nome do município, nos quais destacam-se como principais:

- a)História: uma cidade que tem duplicidade de nome pode perder parte de sua História, dificultando muitas vezes pesquisas feitas na região;
- b)Geografia: o nome São José de Piranhas - PB está ligado ao Rio Piranhas que banha o município;
- c)Religioso: a maioria da população ser católica, não queriam desvincular o nome do município com o do seu padroeiro (LIMA, 2010, p.95).

A cidade quando transferida, ficou por muitos anos sendo iluminada por um velho motor suíço a diesel, contudo a iluminação era restrita apenas as ruas, não sendo estendidas as residências. Somente em 21 de fevereiro de 1965 é que São José de Piranhas recebeu energia elétrica distribuída pela Hidrelétrica de Paulo Afonso, sendo assim, a segunda cidade do Alto Sertão Paraibano a ser beneficiada por esse serviço (LIMA, 2010).

A chegada da eletricidade representou um grande impulso a modernização da cidade, a partir daí começa a surgir oficinas, bares e sorveterias, entre outros estabelecimentos de trabalho. Tal fato veio a impulsionar o crescimento imobiliário com novas construções de imóveis residenciais e expansão urbana.

Em 1967, a educação do município de São José de Piranhas - PB teve um avanço com a construção do Colégio São José, o mesmo sendo um patrimônio ligado à paróquia local,

⁶ “Em 2 de março de 1938, foi publicado o Decreto-Lei nº 311 que estabeleceu as bases da estrutura territorial brasileira ainda vigente. Esse decreto determinou que todas as sedes de municípios teriam a categoria de cidade e que as sedes de distritos seriam vilas; que as cidades e vilas comporiam áreas urbanas e que seus limites seriam legalmente estabelecidos pelo município [...]” (SILVA e LIMA, 2011, p. 15).

⁷ A lei nº 800 foi sancionada pelo Governado do estado da Paraíba José Américo de Almeida, em 14 de novembro de 1952.

posteriormente alugado ao governo estadual para instalação de unidades educacionais, onde futuramente passaria a funcionar o Colégio Normal São José, este voltado para o ensino profissionalizante de ensino fundamental (pedagógico) e a Escola Santa Maria Gorete, destinada ao Ensino infantil e fundamental. A ampliação da oferta de educação oferecia oportunidade para que os piranhenses tivessem acesso ao conhecimento. Assim, o espaço urbano passou a ampliar suas funcionalidades tornando-se mais atrativo, o que facilitou a vinda de jovens moradores do campo para a cidade em busca de aprendizado.

O sítio da cidade de São José de Piranhas se encontra em uma bifurcação dos “Riachos dos Patos” com o “Riacho das Varas”, fato que facilitou a construção de um açude de médio porte (com capacidade de 3,5 milhões de metros cúbicos) próximo à sede municipal para seu abastecimento (Fotografia2). A obra foi executada através de um convênio entre o Governo Federal e a Prefeitura Municipal, possibilitando a instalação de uma nova rede de abastecimento que ficou aos cuidados da Companhia de Água e Esgoto da Paraíba (Cagepa). A sua inauguração foi no dia 31 de janeiro de 1971, onde se deu com um banho de bica enfrente a prefeitura com a presença de autoridades e grande parte da população.

Fotografia2 - Vista do açude São José I



Fonte: Da própria autora (2014).

A história de São José de Piranhas parece ser marcada pelas águas. Se antes a antiga Vila foi submersa pelas águas da barragem Boqueirão, agora foi a vez das águas do “açude da Cagepa” (como assim é denominado popularmente o açude São José I até o dias de hoje) inundarem e destruírem parte da cidade. Foi o que ocorreu na madrugada do dia 11 de abril de

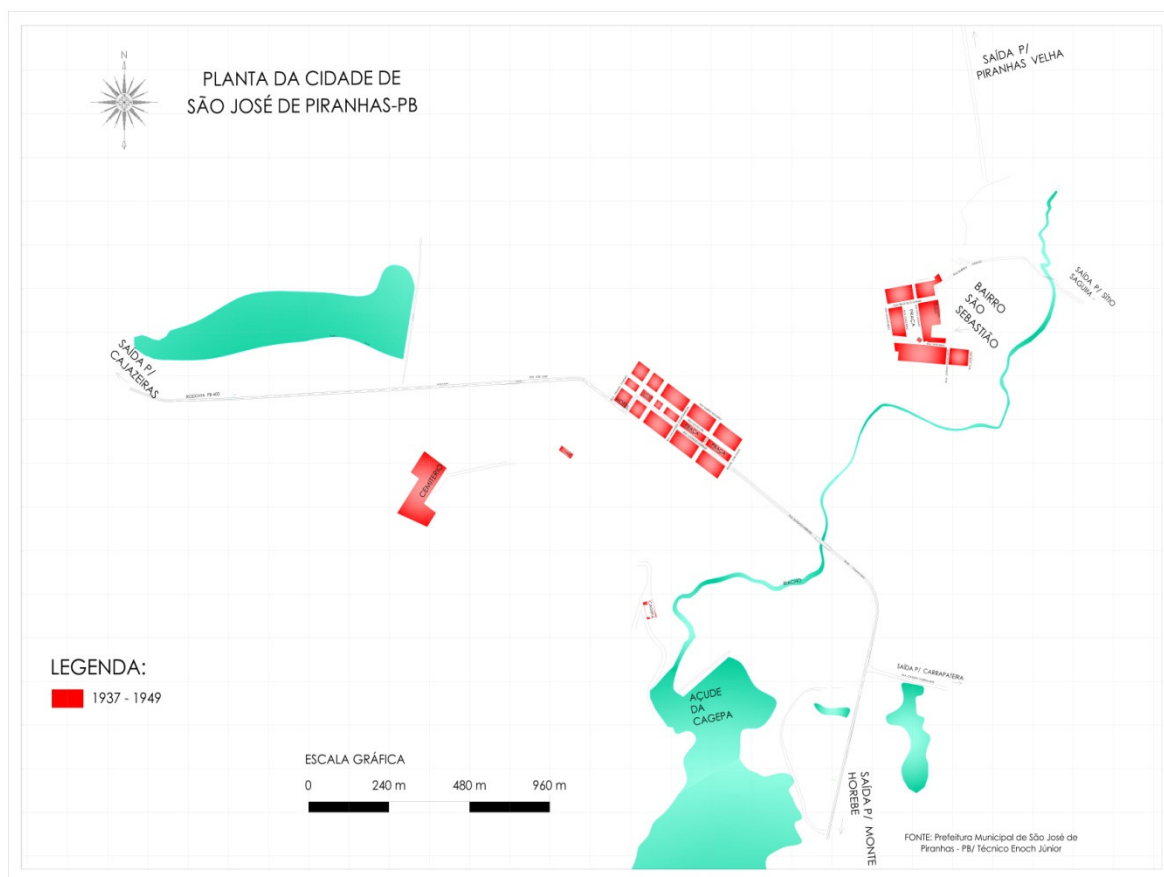
1985. Após uma grande chuva de 127 mm, a parede do açude não suportou o acréscimo em seu volume de água, se rompendo, destruindo e atingindo a estação de tratamento de água e o bairro da Várzea. Mesmo não provocando vítimas, houve grandes danos materiais em que muitos perderam suas casas e todos seus pertences. Nesse mesmo ano, o açude foi reconstruído juntamente com a estação de tratamento, e as vítimas que perderam suas casas foram restabelecidas no Conjunto Arcêncio Pereira.

No decorrer das últimas três décadas percebermos como a cidade vem tendo seu espaço transformado, principalmente com o surgimento de novos conjuntos habitacionais e o aparecimento de loteamentos em áreas que antes estavam esquecidas. No próximo capítulo veremos detalhadamente como vem ocorrendo este crescimento espacial e populacional, levando em conta os acontecimentos que ocorreram na década de 2000, com a chegada do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

3 O CRESCIMENTO POPULACIONAL E ESPACIAL DA CIDADE DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS - PB

A cidade de São José de Piranhas - PB teve seu espaço urbano cuidadosamente fragmentado e articulado ao ser instalado no sítio Jatobá, como podemos observar na (Figura 2), já que foi planejada no ano de 1937, tornando assim, um espaço ordenado no decorrer de algumas décadas. A expansão urbana tem início com a construção das primeiras ruas na parte central da cidade com características quadriculadas, possuindo quarteirões e vias largas. Nestas ruas foram construídas os primeiros comércios, as igrejas, a Prefeitura, a Câmara Municipal, as praças e as primeiras residências da cidade.

Figura 2 - Planta da cidade de São José de Piranhas – PB (anos de 1937 a 1949)



Fonte: Prefeitura Municipal de São José de Piranhas – PB/ Técnico Enoch Junior (2014)

Buscando estabelecer uma organização espacial que propiciasse acolhimento aos seus moradores, a cidade começou a se expandir por todas as direções, surgindo assim os primeiros bairros. Castells (1980, p.146-147 apud JUNIOR, 2005) corrobora que “o espaço urbano é estruturado, quer dizer, ele não está organizado ao acaso, e os processos sociais que se ligam a ele exprimem, ao especificá-los, os determinismos de cada tipo e de cada período de organização social”. Os processos sociais são formadores de espaço segundo o autor e delineiam sua configuração espacial.

O primeiro bairro oficial da cidade foi o bairro São Sebastião. Este criado em 1937, fica localizado na parte nordeste da cidade, como podemos ver na (Figura 2). Quando a cidade foi transferida para o sítio Jatobá, já existiam no local algumas casas e a Capela de São Sebastião (Fotografia3), na qual sua existência data desde 1860, esta já tendo sofrido algumas reformas no decorrer do século XX. Ela é um dos pontos que fez Jatobá ser o local escolhido para a construção da nova sede do município (LIMA, 2010), como já vimos no capítulo anterior.

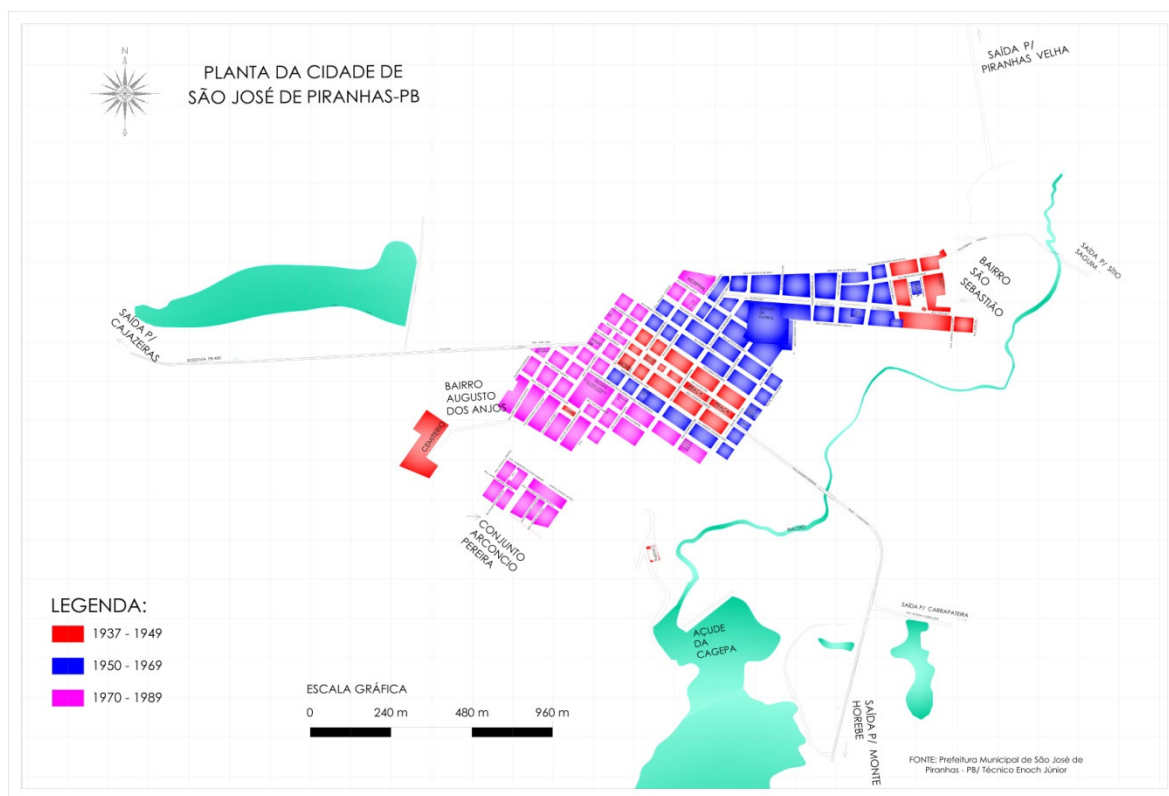
Fotografia 3 - Capela de São Sebastião nos dias atuais



Fonte: Da própria autora (2015).

Na (Figura 3), notamos uma expansão considerável da mancha urbana da cidade nos anos de 1950 a 1969, ocasionada pelo surgimento do bairro de Santo Antônio (em 1965), este localizado entre o bairro do Centro e o bairro São Sebastião. Percebe-se que a partir daí, há uma eclosão de construção de novos imóveis nas adjacências do bairro do Centro, tornando assim, o espaço urbano da cidade menos centralizado e mais fragmentado fisicamente, havendo ligação contínua entre os bairros. Assim, o bairro São Sebastião que era afastado do centro da cidade, passa a ser ligado por meio do bairro Santo Antônio, dando maior conotação de espaço urbano a pequena cidade.

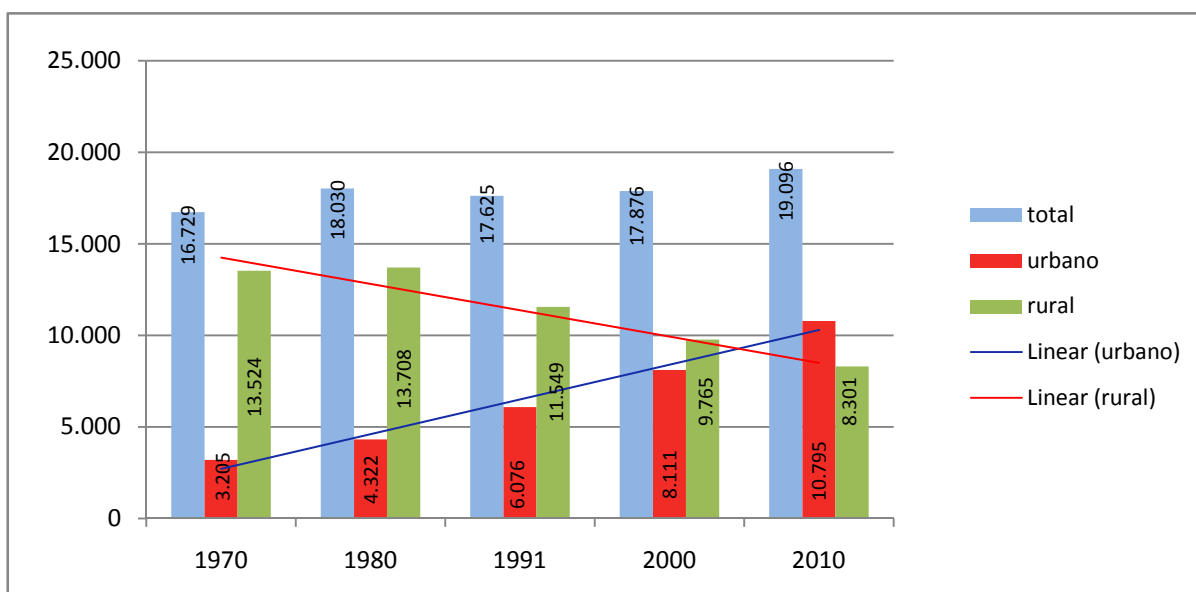
Figura 4 - Planta da cidade de São José de Piranhas - PB (anos de 1970 a 1989)



Fonte: Prefeitura Municipal de São José de Piranhas – PB/ Técnico Enoch Junior (2014)

Para melhor compreender as transformações ocorridas a partir da década de 1970, analisamos o (Gráfico 1), verificando, nesse período, a evolução da população da cidade que, por sua vez, resultou em mudanças significativas na organização espacial da cidade, em sua economia e na expansão urbana.

Gráfico 1 - Crescimento populacional, urbano e rural, do município de São José de Piranhas - PB (anos de 1970 a 2010)



Fonte: IBGE (2014).

Perante esse gráfico, em termos populacionais, na década de 1970, a população total do município era de 16.729 habitantes, sendo que a população urbana representava apenas 19,1% dos habitantes, número este, bem inferior à população residente na zona rural na qual predominava com 80,9%. Ao chegarmos à década de 1980, constatamos um aumento da população do município de 7,7%, totalizando 18.030 habitantes. Tanto a zona urbana quanto a rural apresentou crescimento, porém percebermos uma elevação bem significativa na zona urbana, correspondendo a 35% entre estas duas décadas, enquanto que à zona rural cresceu apenas 2%.

No início dos anos 90, de acordo com o Censo de 1991, a população do município teve uma queda de 2,3% com relação ao Censo passado, totalizando 17.625 habitantes, o que pode ser explicado pela crise econômica do país e na escala regional, principalmente pela decadência da cotonicultura. Embora haja ocorrido um decréscimo no número geral de habitantes no município, a população da zona urbana continuou a crescer perfazendo um total de 6.076 habitantes, correspondendo a uma elevação de 40%, enquanto que a zona rural decresceu em aproximadamente 17%. Assim, no início da década de 1990 a população urbana representava 34,5% do total, caracterizando o município com uma população predominantemente rural (65,5%).

Ao analisarmos essas duas décadas (1970-1980), constatamos que embora o município já tivesse uma população significativa, a cidade ainda não apresentava uma economia urbana

consistente, sua principal fonte de renda ainda era a agricultura e a pecuária, correspondendo a 56% na composição do Produto Interno Bruto Municipal (PIB-M)⁸ no ano de 1970, enquanto que o setor industrial e o de serviços participavam com 5% e 39% respectivamente. No ano de 1980, temos a agropecuária com 60%, a indústria com 7% e os serviços com 33%, ou seja, prevalece o domínio econômico do setor primário (IPEADATA, 2015). O forte da economia municipal ainda estava sustentado no campo, no espaço agrário produtor de algodão e na pecuária extensiva.

No início da década de 2000, a população do município voltou a crescer, registrando um singelo aumento de 1,5%, totalizando 17.876 habitantes. O comportamento populacional continuou com a tendência da década anterior, isto é, crescimento no aumento da participação da população urbana e decréscimo da população rural.

A economia urbana de São José de Piranhas - PB iria aparecer nos dados disponíveis do PIB-M com maior participação em relação ao setor primário, em meados da década de 1990, quando o setor de serviços compõe aproximadamente 64% e no ano 2000 atingindo 80% do total, enquanto a agropecuária recua de 35% para apenas 13% no mesmo período. Os dados econômicos mostram que na década de 1990 houve uma transformação significativa no peso do campo e da cidade na dinâmica municipal. Essas transformações ocorreram juntamente com a dinâmica da população, cada vez mais urbana, e a expansão da cidade. (Silva, Lima, 2011)

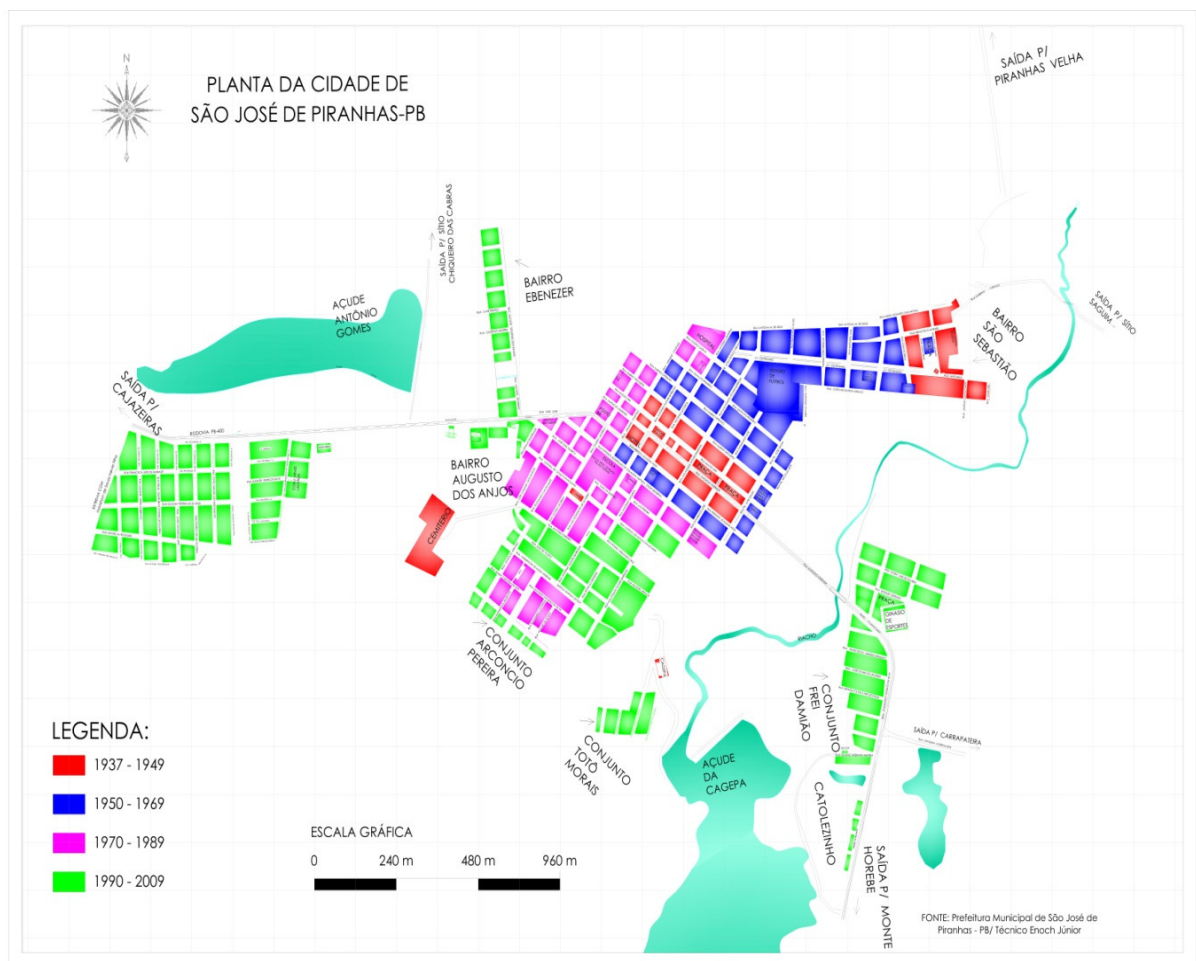
Em decorrência dessas transformações (crescimento da população urbana, aquecimento do setor terciário e queda no setor primário) são construídos conjuntos habitacionais para abrigar a crescente população urbana, entre eles, o Conjunto Frei Damião, construído no ano 1998, localizando-se as margens da Rodovia PB 400, saída para a cidade de Monte Horebe - PB; o Conjunto Neves Lacerda, construído no ano de 1999, localizado nas margens da Rodovia PB 400, saída para a cidade de Cajazeiras - PB, ao lado da rodoviária pública; e, o Conjunto Totô Moraes, localizado próximo da estação de tratamento de água da Cagepa, construído no ano de 2000.

Com a expansão da cidade, outros bairros surgiram, entre eles o bairro Augusto dos Anjos, Dondon Palitot, Zuza Holanda e o Ebenézer. Estes bairros foram construídos nas últimas duas décadas, acompanhando o crescimento populacional e a economia urbana. Prova da dinâmica econômica urbana pode ser constatada ao saber que o setor de serviços representa

⁸PIB Municipal, valor adicionado, preços básicos organizados pelo IPEADATA a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

79% do PIB-M no ano de 2010, a indústria participa com 14% e o setor primário com apenas 7%. Junto com a maior participação da indústria e dos serviços no PIB-M, registra-se o crescimento populacional do município que atinge 19.096 habitantes em 2010 e, o mais importante, pela primeira vez a população urbana é maioria em relação a rural, com 10.795 habitantes em números absolutos, o que equivale a 56,6% dos residentes. Proporcional ao crescimento da população urbana é o decréscimo da rural que cai para 8.301 residentes, ou seja, 43,4%. Esta década marca um divisor de águas, pois pela primeira vez na sua história, o número de moradores urbanos perpassa os que morram na zona rural, e assim São José de Piranhas realiza sua “revolução urbana”, registrando, consideravelmente, o crescimento na sua malha urbana, ficando escassos os terrenos próximos da área central, fazendo com que a cidade se expanda para locais mais distantes e surjam loteamentos afastados como, por exemplo, o Nova Canaã. A expansão urbana ocorrida entre 1990 e 2009 pode ser visualizada na (Figura 5).

Figura 5 - Planta da cidade de São José de Piranhas - PB (anos de 1990 a 2009)



Fonte: Prefeitura Municipal de São José de Piranhas – PB/ Técnico Enoch Junior (2014)

A partir de 2010, a expansão urbana continua, surgem o bairro São Francisco e os loteamentos Zuza Holanda, Espedito Rodrigues de Holanda, e o Mirante, ao mesmo tempo em que bairros já existentes como o Santo Antônio, o São Sebastião, e o Dondon Palitot, Ebenézer, entre outros continuaram a se expandir. Aqui destacamos que alguns loteamentos, devido sua extensão, e através de decretos-lei, acabaram tornando-se bairros, como é o caso do Dondon Palitot, Ebenézer e Zuza Holanda, conforme verificamos na (Figura 6).

Ao observamos todas as figuras que representam a evolução do crescimento da cidade de São José de Piranhas – PB percebemos a tessitura que foi sendo traçada, novos bairros foram surgindo, os existentes foram crescendo e, unindo-se uns aos outros, juntamente com os conjuntos habitacionais que outrora eram afastados do centro urbano, a partir de novas construções imobiliárias e o surgimento de novas ruas, adquirindo assim a conformação atual.

A dinâmica urbana tem se intensificado nos anos recentes, sendo São José de Piranhas - PB, uma das cidades que mais cresce na microrregião de Cajazeiras, que entre 2000 a 2013, conforme dados do IBGE, obteve um crescimento populacional de aproximadamente de 7,2% (DIÁRIO DO SERTÃO, 2014).

Um dos fatores que identificamos como grande contribuinte para a recente aceleração na expansão urbana da cidade de São José de Piranhas - PB foi o início das obras, no município, do Projeto de Integração do Rio São Francisco, no final de 2004, onde 295 famílias rurais tiveram suas terras indenizadas, fazendo com que grande parte delas migrasse para a cidade, como veremos com mais detalhe no próximo item que trata especificamente do assunto.

3.2 O impacto urbano causado após a chegada das obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco em São José de Piranhas – PB

Um dos pontos importantes a ser observado no momento em que a cidade tem um avanço no seu crescimento populacional e expansão urbana é justamente o final do ano de 2004, com o início das obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco⁹ com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional (Ver Figura 7). Conforme delineado no Projeto, canais, túneis e barragens deveriam ser construídos no município de São José de Piranhas - PB, atingindo vários moradores da zona rural. O projeto levado a cabo pelo Governo Federal não é novo, pois:

[...] a propositura de levar as águas do rio São Francisco a outros estados do Nordeste que não são banhados por suas águas atravessa mais de um século de aspiração. Acredita-se que tenha sido o Barão de Capanema, em 1838, época que o Brasil era um império, a mencionar pela primeira vez essa ideia, mas só no império de Dom Pedro II, no ano de 1847, o deputado provincial Marcos Antônio de Macedo e intendente do município do Crato, estado do Ceará entregou ao Imperador um esboço de projeto objetivando a levar as águas do rio São Francisco para o sertão do Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará (FONSECA, 2004, p. 4 apud ALBUQUERQUI, GONÇALVES e SOUSA, 2013).

O município de São José de Piranhas - PB recebeu obras do Eixo Norte em localidades em que foram construídos os túneis Cuncas I e Cuncas II (Fotografia 4), canais (Fotografia 5) e as barragens do sítio Morros e do sítio de Boa Vista. O Túnel Cuncas I inicia-se em Mauriti - CE, e termina em São José de Piranhas - PB, com 15 km de extensão é considerado o maior túnel da América Latina em termo de transporte hídrico. O Túnel Cuncas II é bem menor, com 4 km de extensão, iniciando no município de São José de Piranhas - PB e finalizando em Cajazeiras - PB. Canais e barragens construídas interligam-se com os túneis, formando um único sistema integrado. Os canteiros de obras para excursão desta etapa do projeto são dois, um localizado no município cearense do Mauriti e outro em São José de Piranhas - PB. O

⁹“Integrar o rio São Francisco com as bacias hidrográficas dessa região significa construir estruturas para levar cerca de 3,5% da vazão disponível na altura de Sobradinho para as bacias dos rios Jaguaribe (CE), Apodi (RN), Piranhas-Açu (PB-RN), Paraíba (PB), Moxotó (PE) e Brígida (PE), chamadas “bacias receptoras”. Ou seja, dos quase 90 bilhões de metros cúbicos de água que o rio São Francisco despeja no mar em média por ano, cerca de 2 bilhões de metros cúbicos serão captados pelo Projeto, de acordo com a necessidade. Com o Projeto, a água acumulada nos reservatórios e açudes poderá ser usada de forma mais eficiente para atender às necessidades do uso humano, estimulando o crescimento e o desenvolvimento social e econômico, com melhorias consistentes na agricultura, na pecuária, na indústria e na infraestrutura local (BRASIL, 2004. p. 10).

Fotografia 4 - Túnel de Cuncas II



Fonte: Da própria autora (2015).

Fotografia 5 - Canal de ligação e transporte das águas do Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco às Bacias do Nordeste Setentrional



Fonte: Da própria autora (2015).

Segundo Albuquerque; Gonçalves e Sousa (2013, p. 7), São José de Piranhas – PB é um dos municípios mais atingidos com este Projeto, pois

para a sua execução [...] foi desapropriada inicialmente uma área de 5.255,5842 hectares de terra, envolvendo um número de 465 expropriados, sendo desses 297 proprietários e benfeitores, e 168 apenas benfeitores; e, um valor estimado para as indenizações de dez milhões, duzentos e dezessete mil, setecentos e vinte e dois reais e quarenta e sete centavos (R\$ 10.217.722,47).

Com o Projeto e a desapropriação de terras, muitos trabalhadores rurais deixaram suas raízes rurais, seus costumes do campo ligados a agropecuária e foram morar na cidade, intensificado o êxodo rural e a urbanização de São José de Piranhas – PB.

Os sítios que foram atingidos diretamente por esse Projeto foram: Riacho de Boa Vista, Cacaré, Quixaramubim, Antas I, Várzeas de Antas, Morros, Canal, Mandassaia, Irapuá, Santa Luzia e Varjota. Destes sítios, 176 famílias já deixaram suas propriedades por meio de desapropriação, outras ainda estão resistindo, não aceitando a indenização estabelecida pelo governo. Parte dos que já foram indenizados compraram outra propriedade rural ou imóvel urbano, outras recebem o valor de alugueis enquanto as agrovilas não ficam prontas para eles serem assentados.

As agrovilas fazem parte do Projeto de Integração do Rio São Francisco e estão em construção nos sítios Quixaramubim, Irapuá e Jurema, que são chamadas de Vilas Produtivas Rurais (VPRs). Segundo Moura (2015), elas já estão sendo construídas pelo Consórcio Vilas Rurais, estando distribuídas da seguinte forma: 30 casas no Irapuá I, 20 casas no Irapuá II, 120 casas no Jurema, e 47 casas no Quixeramubim, todas no município de São José de Piranhas - PB. As Vilas Produtivas Rurais disponibilizarão para seus moradores rede de água, esgoto e energia elétrica, posto de saúde, escola, espaço de lazer e áreas destinadas ao comércio e à construção de templos religiosos.

Atualmente essas famílias estão à espera das agrovilas, as quais os moradores sem terra e aqueles que não tivessem indenização seria acima de cinquenta mil reais teriam direitos. Segundo dados do projeto cada família teria direito a uma casa de 98 m², mais uma área produtiva de no mínimo 3 hectares (ALBUQUERQUI; GONÇALVES E SOUSA, 2013, p. 10).

O impacto do Projeto de integração na cidade de São José de Piranhas - PB ocorreu de duas formas principais. A primeira resultou das desapropriações de parte da zona rural que ocasionou a migração campo-cidade. A segunda resultou das demandas que se criou com a presença das empresas executoras das obras. Com a instalação dos canteiros de obras, vários

trabalhadores especializados ou não, passaram a morar na cidade de São José de Piranhas - PB. Em conformidade com Sousa (2013, p.3) esse quadro de trabalhadores conta com o total de 643 funcionários, sendo 45,2% da comunidade local. O canteiro possui uma equipe multidisciplinar que abrange as áreas de engenharia, segurança, meio ambiente e qualidade social.

Naturalmente, toda a dinâmica advinda com as obras do Projeto provoca forte impacto na cidade de São José de Piranhas, aumentando substancialmente a demanda por diferentes serviços públicos, ou seja, em geral nas cidades que são atingidas diretamente com os canteiros de obras,

do ponto vista urbanístico, haverá uma pressão sobre a infraestrutura urbana [...]. O aumento da população tem como consequência direta a elevação nos índices de demandas de serviços públicos como saneamento, básico, infraestrutura, saúde e educação. Esses fatores são desafiadores para os órgãos administradores competentes (MIRANDA, 2009, p. 8).

A ideia da “transposição” das águas do Rio São Francisco já fazia parte do imaginário popular do nordestino, alimentando esperança no enfrentamento aos períodos de estiagem prolongados típicos do semiárido. Desde a decisão política de levar adiante, o Projeto foi alvo de várias críticas e embates políticos e jurídicos. No contexto dos embates, o governo enfrentou-os e fez uso de marketing político, uma prova é que São José de Piranhas, pela primeira vez na sua história, recebeu a visita de um Presidente da República, o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), que no dia 14 dezembro de 2010, junto de outras autoridades políticas veio ver de perto a construção dos túneis de Cuncas I e o de Cuncas II. No dia 13 de maio de 2014, seria a vez da segunda visita presidencial, desta vez a presidenta, a Sra. Dilma Rousseff visitou o Projeto de Integração do São Francisco na localidade onde foi construído o túnel Cuncas II, inaugurando-o.

Com o início das obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco ao município de São José de Piranhas - PB, o mesmo proporcionou ganhos econômicos com a oferta de empregos e o desencadeamento de demandas na economia local como, por exemplo, pousadas, restaurantes, comércio e serviços no geral, principalmente no setor imobiliário que passou por grande aquecimento, valorizando os imóveis e demandando expansão da cidade que ocorreu por meio de loteamentos.

3.3 A expansão urbana através dos loteamentos

Nas últimas décadas, a cidade de São José de Piranhas - PB vem crescendo de forma considerável com o surgimento dos loteamentos Dondon Palitot, Ebenézer, Nova Canaã, Espedito Rodrigues de Holanda, Zuza Holanda e Mirante. Estas áreas são as que tendem mais a crescer via expansão horizontal da cidade, devido à vasta área de terrenos em boas condições de construção favorecida pela geomorfologia do sítio geográfico.

Dentre esses loteamentos citados, frisamos que alguns originaram alguns bairros da cidade como é o caso do Dondon Palitot, Ebenézer e Zuza Holanda (Ver Fotografia 6).

O loteamento Ebenézer, aprovado em 19 de outubro de 2005, com 128 lotes, numa área total a ser loteada de 18.064,19 m², localizado às margens da Fazenda Jatobá (atualmente Rodovia PB 400, saída para a cidade de Cajazeiras - PB), surgiu logo após o loteamento Dondon Palitot (pioneiro na cidade), entretanto, não obteve tanto sucesso na venda de lotes logo em seu surgimento, só começando a alavancar a demanda a partir de 2012, o motivo para tal, é que o seu proprietário não dispôs de muitos investimentos para tornar o empreendimento atrativo, como ruas pavimentadas, praças, entre outros.

Fotografia 6 –Bairro Zuza Holanda



Fonte: Da própria autora (2015)

O loteamento Zuza Holanda foi aprovado em 22 de setembro de 2008, com 165 lotes, numa área total a ser loteada de 27.015 m², localizado às margens da Rodovia PB 400, saída para a cidade de Monte Horebe – PB. Segundo informações do proprietário, conta atualmente com quase todos os lotes vendidos.

O loteamento Mirante foi aprovado em 15 de setembro de 2010, com uma área aberta de 191.409,62m², localizado às margens da Rodovia PB 400, saída para a cidade de Cajazeiras - PB, este por sua vez já tem várias construções, mas ainda a passos lentos com relação aos demais.

O loteamento Expedito Rodrigues de Holanda foi aprovado em 22 de janeiro de 2010, com 93 lotes, numa área total a ser loteada de 13.456 m², localizado às margens da Rodovia PB 400, saída para a cidade de Cajazeiras - PB, é o que menos se destaca, por não disponibilizar o acesso a rede de energia elétrica para seus moradores.

Dentre os loteamentos o que mais se destaca, em termos de investimento e estrutura, é o Nova Canaã, que mesmo sendo do mesmo proprietário do Ebenézer, buscou de forma mais ousada oferecer mais atrativos aos investidores (como espaço para ser ocupado por área verde, praça recreativa, ruas pavimentadas, uma Unidade Básica de Saúde, ainda em construção, e com um terreno disponível para construção da 3ª Companhia da Polícia Militar); O loteamento foi aprovado em 08 de dezembro de 2009, com 401 lotes, tendo sido alterado em 09 de agosto de 2010 para 470 lotes, numa área total a ser loteada de 71.691 m², localizado às margens da Rodovia PB 400 km, saída para a cidade de Cajazeiras - PB, sendo na sua maioria, cada um medindo 7m de largura por 20m de comprimento, com via de rolamento de 10m de largura, e quadras com tamanhos variados devido o maior aproveitamento do terreno. Atualmente moram mais de 45 famílias no loteamento Nova Canaã e várias construções estão em andamento. Em 14 de abril de 2014, devido a uma grande demanda na procura de aquisição dos imóveis, o proprietário expandiu o loteamento, disponibilizando para venda mais 324 lotes, com dimensões um pouco maior, medindo em sua grande maioria 8m de largura por 25m de comprimento, conforme podemos ver na (Fotografia 7).

Fotografia 7 -Loteamento Nova Canaã



Fonte: GOMES¹⁰ (2014).

Através dos loteamentos podemos perceber como os promotores imobiliários são importantes na formação do espaço de uma cidade, os mesmo não andam sozinhos para que ocorra estas construções. Corrêa (2003, p. 12) faz menção aos agentes de produção do espaço, como sendo: os proprietários dos meios de produção (grandes empresas industriais e de serviços), os proprietários fundiários (grandes latifúndios), os promotores imobiliários (loteadores, construtores e incorporados, corretores imobiliários), o Estado (nas três esferas governamentais - municipal, estadual e federal) e os grupos sócios excluídos (os suprimidos da produção do espaço e da cidade, de baixa renda).

Em conformidade com Corrêa (2013, p. 45), estes agentes são responsáveis, pela forma de articular o espaço urbano. Ele afirma ainda, que “a terra urbana pode ser objeto de interesse de promotores imobiliários, de empresas industriais, do Estado e de outros agentes.” Estes agentes produzem o espaço e a partir da construção de estradas, ruas, bairros, praças entre outras ações, sendo uma sucessão de acontecimentos.

Destes agentes de produção do espaço, que Corrêa (2003) faz referência, podemos encontrar três deles atuantes diretamente na cidade de São Jose de Piranhas, são eles: o Estado, os produtores imobiliários e os grupos sociais excluídos. Dentre eles, os principais são o Estado e os produtores imobiliários.

¹⁰Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=946773302061516&set=pb.100001865653554.-2207520000.1449538510.&type=3&theater>. Acesso em 12/06/2015.

O Estado é um importante agente desempenhando múltiplos papéis na produção do espaço e uso do solo, podendo interferir por meio de ações diretas ou indiretas, sendo elas: através das políticas públicas, dos processos de planejamento e estabelecendo legislação específica para melhor uso do solo urbano, a partir da alocação de recursos do espaço (construções de vias e infraestrutura), promoção urbana e na valorização das áreas periféricas. Assim sendo, o Estado tem a função de organizar o espaço urbano.

Os produtores imobiliários contribuem de forma significativa na expansão urbana da cidade, mesmo que, muitas vezes não atendam as exigências legais com a complacência do Estado, mas também podem favorecer a diminuição do crescimento desordenado que pode ocorrer nas áreas periféricas da cidade quando eles atendem aos preceitos legais.

Os grupos dos excluídos são pessoas, que por não terem renda suficiente, tiveram que fazer suas moradias na periferia da cidade sem nenhum recurso para tal, utilizando muitas vezes, de materiais reciclados e reutilizados, como é o caso dos barracos, casas de taipas entre outros; ficando segregados do restante da comunidade, e em muitos casos vivendo em condições precárias, sem saneamento básico, acesso ao lazer entre outros. Conforme a cidade foi se expandindo e chegando a estes lugares começaram a ocorrer assim um desordenamento nestas áreas urbanas, como vamos ver no próximo capítulo.

Quando nos referimos a segregação como forma de organização do espaço, Corrêa (2003, p.60) a define como um processo que ocorre para que, assim haja uma organização espacial em áreas de “forte homogeneidade social interna e de forte disparidade social entre elas”. Assim,

a segregação residencial indica necessariamente em separação espacial das diferentes classes sociais fragmentadas. A separação, por sua vez, origina padrões espaciais, ou seja, as áreas sociais que emergem de segregação estão dispostas espacialmente segundo uma certa lógica, e não de modo aleatório (CORRÊA, 2003, p.66).

Como o Estado é o ente que esboça e executa o planejamento urbano, no caso de São José de Piranhas os instrumentos normativos são seu Plano Diretor e o Código de Postura e Edificações. Outro papel importante do Estado quanto ao ordenamento urbano é a fiscalização das edificações, vias, calçadas, loteamentos etc. A atuação do Estado pode acabar favorecendo a segregação espacial e das classes sociais, ocasionado, em muitos casos, no intuito de atender a interesses particulares de grupos específicos.

4 ANÁLISE ATUAL DE ALGUNS BAIRROS DA CIDADE DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS - PB

Ao analisarmos alguns bairros da cidade de São José de Piranhas – PB, procuramos entender a importância do planejamento para um melhor arranjo do seu espaço urbano. É sabido que através de um plano Diretor bem definido e devidamente aplicado que teremos um parâmetro legal que determinará todo o processo de crescimento, evitando assim que haja o surgimento de áreas edificadas em locais inapropriados.

4.1 A importância do planejamento nas pequenas cidades

Nestas últimas três décadas, a pequena cidade de São José de Piranhas - PB, com seus 129 anos de emancipação política, vem tendo um crescimento populacional considerável. Em consequência deste, temos um aumento espacial da mancha urbana da cidade, o qual nos permite refletir de que maneira esse crescimento vem acontecendo, podendo ser de forma ordenada ou não.

Sousa (2003, p.21 apud OLIVEIRA 2007, p.8) faz o seguinte comentário: “se formos refletir sobre as cidades e seus problemas, significa refletir sobre algo a respeito do que muita gente acha que tem ‘a’ resposta na ponta da língua. ‘ O problema é a falta de planejamento’”. Seria este o motivo, pelo qual os gestores tem se empenhado em buscar modelos de lei de planejamento que venham a ajudar na sua administração? Mas, será que o planejamento seria a solução?

Sabemos que a cidade de Curitiba - PR é uma das capitais brasileiras que se destaca pelo seu planejamento urbanístico e pela qualidade de vida oferecida a seus munícipes, isto se deve em grande parte ao trabalho do Instituto de Pesquisa e Planejamento de Curitiba (IPPUC), o qual foi criado em 1965, pelo arquiteto Jorge Wilhelm. Os objetivos do IPPUC são:

Ordenar o crescimento da cidade; criar soluções integradas; articular as políticas e diretrizes setoriais que interfiram na estrutura urbana do Município e da Região Metropolitana; e captar recursos e atrair investimento para viabilizar a implantação de planos, programas, projetos e obras do Município. Além de sua função básica de planejamento, participa na elaboração do orçamento Plurianual e Anual de investimento da Prefeitura (OLIVEIRA, 2007, p. 9).

Oliveira (2007, p.9) afirma que o IPPUC temo objetivo de ser um órgão que acompanhe continuamente o processo de planejamento, afim de não ser mais um plano que permaneça apenas na teoria. Atualmente, além de ser utilizado pela cidade de Curitiba-PR, é copiado por outros municípios de forma indireta. Levando em consideração que cada cidade tem suas particularidades que as diferencia umas das outras, frisamos que o planejamento urbano é algo para se espelhar e não para ser copiado na integra, devendo assim, ser adaptado de acordo com as necessidades que a realidade exige. É o que afirma Miranda (2009, p. 12) ao dizer que “o planejamento urbano pode ser definido como uma forma de estrutura e uma modificação sistemática do espaço destinado ao desenvolvimento de uma cidade. A interpretação dos modos criativos e o grau de alteração variam conforme a posição a ser efetivada no planejamento”.

É importante que o planejamento se faça presente desde a hora em que se inicia a construção do espaço urbano. É claro que esta construção não ocorre do dia para noite, e sim no decorrer de anos. Antes desta, alguns pontos devem ser analisados, para que assim, possa instalar uma futura sede de uma cidade nesse espaço, como por exemplo, sua localização, o que esta área poderá oferecer para uma cidade, se tem alguma ligação com outra, e se a sua localização geográfica é favorável para o seu desenvolvimento futuro, entre outros pontos. São parâmetros como estes que podem influenciar o crescimento e desenvolvimento de uma cidade ou não, e por isso devem ser levados em consideração desde seu início. Sabemos que a quase totalidade das cidades brasileiras surgiram espontaneamente, sem qualquer planejamento.

Muitos podem até acreditar que o planejamento urbano tenha sido idealizado principalmente para as médias e grandes cidades, isso por acharem que nas pequenas cidades não se tenha recursos, falte pessoas interessadas, ou capacitadas para tal. Contudo, Miranda (2009, p. 11) traz para discussão aos problemas das pequenas cidades e a importância do planejamento urbano visando uma vida melhor para os cidadãos:

[...] diferentemente do que se imagina, as cidades pequenas apresentam, às vezes, problemas sociais comuns das maiores cidades, sem que neles estejam contidas o mesmo tamanho e a mesma intensidade. As pequenas cidades demonstram possibilidades de ofertar um bom nível de vida aos seus moradores, desde que estes se iniciem a mobilização em busca de um entendimento com o Poder Público na questão do planejamento, como objeto de melhoria de vida. (MIRANDA, 2009, p. 11)

Como a atual cidade de São José de Piranhas - PB é fruto da transferência da Vila de São José de Piranhas para a localidade do sítio Jatobá (episódio já tratado no Capítulo I), foi inicializada do marco zero de forma planejada. Ocorre que nas últimas décadas, a cidade vem

tendo um crescimento demográfico considerável, favorecendo assim seu crescimento espacial a partir do desenvolvimento dos bairros ora existentes, como também, do surgimento de novos bairros advindos, principalmente, com os loteamentos, resultando em desordem se comparado com a cidade em sua origem planejada.

Conforme a cidade foi crescendo, começaram a surgir traços de um crescimento desordenado, que leva-nos a questionar a forma pela qual ocorreram tais evidências, tendo em vista, a mesma haver sido planejada e possuir um Plano Diretor que, em tese, deveria guiar o bom desenvolvimento da urbe. Miranda (2009) faz justamente este questionamento ao falar da importância de se ter, ao menos, um planejamento urbano ou o Plano Diretor já que os dois teriam praticamente a mesma função, uma vez que:

Nas pequenas cidades o planejamento urbano se torna um fato mais difícil de ser colocado em prática. Porém quando se tem um Plano Diretor, que deveria ser uma obrigatoriedade a todo gestor de uma cidade de menor porte, as residências são cuidadosamente planejadas, podendo assim integrar-se aos serviços municipais já existentes. Um Plano Diretor, mesmo que a cidade seja pequena, deve existir como é um plano criado por um grupo de planejadores urbanos e tem impactado de forma válida para qualquer comunidade ou cidade (MIRANDA, 2009, p. 14).

Como a cidade de São José de Piranhas - PB foi planejada, notamos a diferença ao andarmos pelos primeiros bairros da cidade, onde seus quarteirões seguem o mesmo padrão de medida, bem como suas vias em um alinhamento preciso. Mas, conforme a cidade foi se prolongando, esses padrões foram ficando esquecidos, e ao observarmos os arredores da cidade, vamos encontrar alguns focos de um crescimento desordenado (que serão apontados no decorrer do capítulo), como são o caso de residências construídas em travessas, outras nas margens de riacho, que fogem das normas estabelecidas pelo Plano Diretor da cidade.

4.2 Plano Diretor da cidade de São José de Piranhas - PB

Na transição do século XX para o XXI inicia-se um novo momento na cidade de São José de Piranhas - PB, fazendo com que ocorra uma intensificação no processo de expansão urbana com o surgimento dos conjuntos habitacionais, dos loteamentos e, por conseguinte de novos bairros.

Sabendo da importância desse crescimento da cidade para seu desenvolvimento, no dia 14 de março de 2008, a partir da Lei Municipal de nº359/2008 foi instituído o Plano Diretor, trazendo no seu artigo 8º os seguintes objetivos:

- I. Promover a integração entre as dimensões social, econômica, ambiental e territorial, no processo de planejamento e execução das políticas públicas;
- II. Construir um sistema democrático e participativo de planejamento e gestão do município;
- III. Garantir a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de desenvolvimento territorial, recuperando e transferindo para a coletividade parte da valorização imobiliária decorrente de ações do poder público;
- IV. Regular o uso, a ocupação e o parcelamento do solo a partir das condições ambientais e da capacidade das infraestruturas de saneamento ambiental e de mobilidade;
- V. Preservar e conservar o patrimônio de interesse histórico, arquitetônico, cultural e paisagístico;
- VI. Integrar as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência;
- VII. Garantir condições dignas de habitabilidade para a população de baixa renda;
- VIII. Induzir a utilização de imóveis não edificadas, não utilizados e subutilizados;
- IX. Distribuir equitativamente os equipamentos sociais básicos;
- X. Preservar os ecossistemas e os recursos naturais;
- XI. Promover o saneamento ambiental em seus diferentes aspectos;
- XII. Reduzir os riscos urbanos e ambientais;
- XIII. Promover a acessibilidade e a mobilidade universal através da rede viária e do sistema de transporte coletivo (SÃO JOSÉ DE PIRANHAS, 2008).

O Plano Diretor tem uma importância considerável, pois apresenta em forma de lei facilidades para a organização espacial da cidade, regulamentando o uso do solo, a fim de evitar o crescimento desordenado. Quanto à ocupação do solo¹¹, o Plano Diretor zoneia o espaço da seguinte forma:

- I. **Zona Rural (ZR):** É a parcela do território na qual predominam as atividades agrícolas, sendo caracterizado pela baixa densidade populacional construtiva, na qual não se permite parcelamento para fins urbanos, admitindo-se a figura do condomínio rural como área de lazer ou turismo rural de baixa densidade de ocupação;
- II. **Zona de Consolidação Urbana 1 (ZCU1):** Bairros Centros, São Sebastião e Santo Antônio – São conjuntos da formação do núcleo da sede, consolidados, onde predomina uma tipologia homogênea de construção térrea, do tipo porta e janela, sem afastamentos laterais e frontais;

¹¹ No Art.73 do Plano Diretor apresentar a dividido do município, é no Art. 89 como é o uso de ocupação do solo.

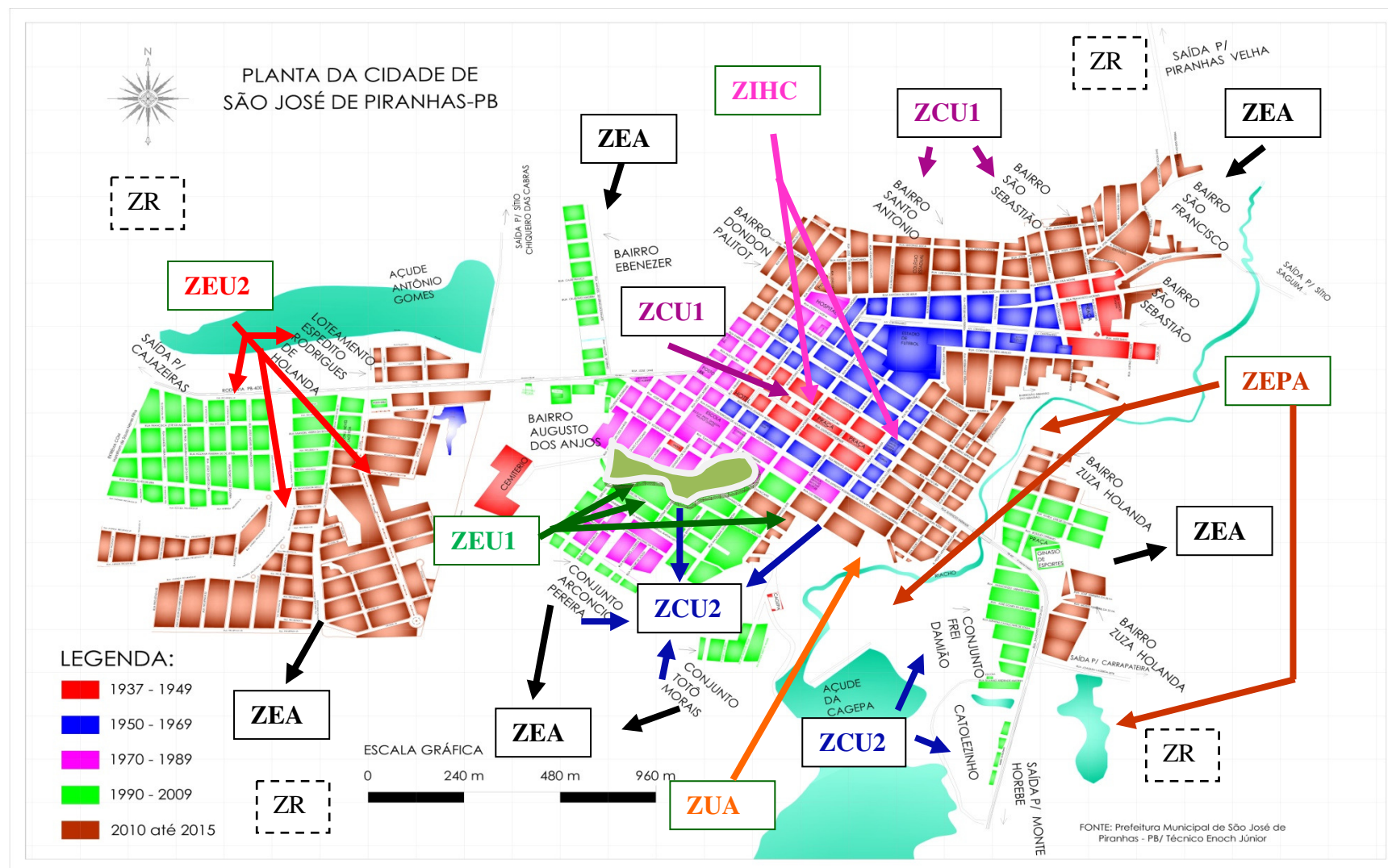
- III. **Zona de Consolidação Urbana 2 (ZCU2):** Catolezinho, Alto da Boa Vista, Conj. Frei Damião, Arcôncio Pereira, Várzea, Totó Moraes e Tabuleirão. Consistem em bairros de baixa renda caracterizados pela ocupação mais espontânea. Localizados em áreas periféricas do núcleo urbano, geralmente seguindo o padrão de ocupação linear ao longo dos principais acessos ao centro da cidade. As edificações em taipa, na sua maioria, não guardam afastamentos e são, também, casas térreas de porta e janelas;
- IV. **Área de Proteção Permanente (APP):** São aquelas definidas na legislação federal, em particular, no contexto ambiental de alqueiro, aqueles de entorno dos copos de águas de topos de morros e montanhas para as quais se prevê rigorosamente controle ambiental para reconstituição de sua vegetação natural de origem;
- V. **Zona de Expansão Urbana 1 (ZEU1):** localizado entre os bairros; alto de Boa Vista, Arcôncio Pereira e Várzea;
- VI. **Zona de Expansão Urbana 2 (ZEU2):** Caracterizada por loteamentos nas margens da rodovia estadual PB 400, a noroeste do núcleo originário, na área denominada Conjunto Neves Lacerda, onde está instalada a nova rodoviária municipal, e a leste do núcleo, o bairro Dondon Palitot;
- VII. **Zona de Interesse Histórico e Cultura (ZIHC):** Compreende-se as áreas de interesse e cultura da sede do município de São José de Piranhas - PB o conjunto que data da origem da formação deste núcleo compreendendo as edificações da circunvizinhas das ruas vias Inácio Lira e a Juvêncio Andrade (bairro centro). Destacando o casario de tipologia porta e janela, a igreja Matriz, o mercado central e a antiga rodoviária e as praças. Circunvizinhas da Praça Manuel Bandeira, Bairro, segundo bairro que deu origem ao núcleo da sede, destacam-se o casario de tipologia porta e janela, a igreja de São Sebastião e a praça Manuel Bandeira;
- VIII. **Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPA):** São as áreas de entro urbano da sede, para as quais se prevê especial controle da ocupação, sem a permissão para parcelamento urbano, em função da relação direta com o ambiente do Riacho as Varas, afetando o bairro Dondon Palitot. – área susceptível a alagamentos em período de chuva;
- IX. **Zona Urbana de Aglomerado (ZUA):** São áreas de pequenas extensões, com predomínio de uso habitacional e estrutura morfológica simples;
- X. **Zona de Expansão de Aglomerado (ZEA):** Área no entorno dos núcleos urbano de aglomerados para as quais se permite parcelamento urbano, de forma a atender sua demanda de expansão (SÃO JOSÉ DE PIRANHAS, 2008).

Para uma visão espacial com a localização dos tipos de Zonas delineadas no Plano Diretor, ver (Figura 8), na qual mostra a planta da cidade e o enquadramento de cada parte nas definições zonais da Lei.

O observação da paisagem urbana de São José de Piranhas permite constatar com facilidade que seu crescimento apresenta alguns pontos de “desordem” no traçado urbano, isto é, percorrendo as ruas da cidade é possível perceber descontinuidade das vias e

estreitamentos, devido a existência de muitas construções em locais inapropriados denotando falta de fiscalização rigorosa pelo órgão competente municipal.

Figura 8 - Zoneamento do espaço urbano da planta da cidade de acordo com as nomenclaturas do Plano Diretor



Fonte: Prefeitura Municipal de São José de Piranhas – PB/ Técnico Enoch Júnior (2014)

A “desordem” do tecido urbano mostra que a cidade está crescendo espontaneamente desacompanhada dos preceitos legais normativos. Observando a (Fotografia 8), constatamos um estreitamento significativo em uma de suas ruas ao cruzar com sua adjacente.

Fotografia 8 - Estreitamento no seguimento da Rua Nobertson de Souza Meireles (antiga Rua Irapuan Leitão da Cunha) ao cruzar com a Rua Malaquias Gomes Barbosa



Fonte: Da própria autora (2015)

A problemática urbana não fica só nas vias carroçáveis, mas também nas calçadas estreitas com faixa de passeio bastante reduzida e fora dos padrões normativos, o que traz dificuldades para os deslocamentos dos pedestres e principalmente para aqueles que apresentam alguma limitação física para caminhar. Verificamos na (Fotografia 9), a falta de alinhamento das casas e uma redução considerável na largura das calçadas.

O simples exemplo de estreitamento de rua e calçada é por si só uma prova de que a expansão urbana recente de São José de Piranhas desobedece aos preceitos legais e que o Estado, no caso o município, não tem mostrado preocupação com os destinos da cidade ao não aplicar seus instrumentos de planejamento e de fiscalização, deixando que a cidade se espraie de acordo com as convicções e interesses de cada um isoladamente, resultando numa urbanização espontânea e tendente a se tornar caótica.

Fotografia 9- Desalinhamento das casas na Rua José Martins de Oliveira, bairro São Francisco



Fonte: Da própria autora (2015)

4.3 Os problemas mais comuns encontrados na cidade de São José de Piranhas - PB

Como crescimento espacial da cidade, começam a surgir alguns problemas visíveis em alguns bairros. Muitas vezes, determinadas áreas residenciais são fincadas em locais inapropriados, ou mesmo, sem os cuidados mínimos quanto ao relevo, aos corpos d'água e nascentes, o que significa dizer, que elas não obedecem à drenagem natural das águas relacionadas às declividades dos terrenos, podendo assim, causar problemas para a população residente nestas localidades, especialmente nos períodos de chuvas. No geral,

[...] um problema também identificado na maioria desses espaços é a falta de infraestrutura básica para o ordenamento e desenvolvimento das cidades, como, por exemplo, a falta de galerias para o escoamento das águas pluviais, falta de rede coletora de esgoto e principalmente a falta de tratamento desses resíduos, que na maioria das vezes são lançados indevidamente nos corpos d'água. A falta de vegetação nas áreas verdes e espaços públicos destinados ao lazer e à recreação da população também é considerado um problema que interfere na qualidade ambiental nos espaços urbanos, assim como na qualidade de vida da população (AMORIM e LIMA, 2006, p.70).

São várias as problemáticas que podem surgir no espaço urbano, muitas delas ligadas a questões ambientais e de saúde pública, o que coloca em risco a população urbana e afeta a qualidade de vida. Constatamos que em São José de Piranhas há residências construídas em

área suscetível a inundações em período de chuvas mais intensas, isso por terem sido edificadas a margem do Riacho São José I não deixando o limite mínimo de distância segura entre a área construída e a área inundável em grandes cheias, ou até mesmo sem uma estrutura apropriada para tal Ver (Fotografia 10).

Fotografia 10 - Construções habitacionais do bairro Zuza Holanda próximas do Riacho São José I.



Fonte: Da própria autora (2015).

As problemáticas urbanas apontadas por Amorim e Lima (2006) são comuns a muitas cidades brasileiras, inclusive São José de Piranhas - PB. Os problemas urbanos são potencializados com os serviços públicos insuficientes e de baixa qualidade técnica, bem como por parte da fiscalização falha que deixa a desejar na exigência do cumprimento das leis, como exemplo máster, o Plano Diretor.

Na cidade encontramos muitas ruas não pavimentadas, algo que incomoda bastante aos moradores da cidade e interfere na qualidade de vida da população, como por exemplo, a terra solta contribui para que algumas crianças moradoras desta localidade sintam crises alérgicas com frequência Ver (Fotografia 11).

Fotografia 11-Rua Antônia Maria de Jesus, bairro Santo Antônio



Fonte: Da própria autora (2015).

Nas ruas sem pavimentação, encontramos inclusive a edificação de postos de saúde e da base do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), essa falta de pavimentação pode implicar em dificuldades de rolamento nas vias, principalmente em casos de extrema urgência. A inexistência de infraestrutura nessas ruas é bem visível na paisagem como podemos observar na Fotografia12.

Fotografia 12 - Base do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) em rua sem pavimentação



Fonte: Da própria autora (2015).

Outro problema encontrado nas residências são as que estão localizadas em “becos” estreitos que não permitem o acesso de automóveis, inclusive do carro de coleta de resíduos sólidos Ver (Fotografia 13 e 14).

Fotografia 13 – Beco estreito que dá acesso a Rua Nobertson de Souza Meireles (antiga Rua Irapuan Leitão da Cunha) e a Rua Maria Cândida de Lima



Fonte: Da própria autora (2015).

Fotografia 14 - Presença de “beco” no bairro da Várzea



Fonte: Da própria autora (2015).

Podemos apontar ainda, algumas ruas que fogem da forma do planejamento original da cidade, as quais suas vias que têm menos da metade da largura das demais ruas principais, impedindo que dois veículos automotores se cruzem, além de dificultar a vida dos pedestres pela quase inexistência de calçada com passeio necessário (Fotografia 15). Este é um exemplo típico da ausência da aplicação do planejamento e da falta de presença do Estado enquanto organizador e fiscalizador do processo de expansão urbana.

Fotografia 15 -Estreitamento das vias e passeios públicos



Fonte: Da própria autora (2015).

Um dos casos mais preocupantes e o que podemos constatar no espaço intra-urbano piranhense é que até mesmo os conjuntos habitacionais construídos pelo Estado enfrentam problemas de infraestrutura como, por exemplo, o Conjunto Deuzimar Cavalcanti, localizado na Zona de Expansão Urbana 2 (ZEU2). O mesmo foi entregue aos moradores faltando à pavimentação das ruas e água encanada, como pode ser visto na Fotografia 16.

Fotografia 16 - Conjunto habitacional Deuzimar Cavalcanti construído pelo Estado sem infraestrutura, localizado na Zona de Expansão Urbana 2 (ZEU2)



Fonte: Da própria autora (2015).

Uma prova de que o desordenamento no crescimento de uma cidade afeta tanto a comunidade como o próprio governo é o caso do matadouro público, que antes da expansão urbana ocorrida nas últimas duas décadas, localizava-se distante da mancha urbana, mas com o passar dos anos a cidade foi crescendo e se aproximando do matadouro, como é o caso do conjunto Neves Lacerda, que foi construído ao lado do matadouro, essa proximidade trouxe muitas reclamações por parte dos moradores daquela localidade, principalmente devido ao odor que era exalado, o que resultou em sua transferência para um local mais afastado da zona urbana que, entretanto, ainda encontra-se inoperante devido não oferecer as condições mínimas para seu funcionamento, como água e energia. Enquanto isso os marchantes fazem o abatimento dos animais em áreas rurais em abatedouros clandestinos com poucas condições de higiene e sem fiscalização.

Infelizmente, mesmo a cidade tendo sido inicialmente planejada, não dispõe de um espaço público com “área verde” onde possa promover lazer ou descanso, ou até mesmo um lugar que possibilite aos moradores fazerem algum tipo de atividade física, como caminhadas. Estas são realizadas nos acostamentos das rodovias, colocando em risco os caminhantes de serem acometidos por um acidente de trânsito. Os que não se arriscam, ficam circulando na praça principal (Nelson Lacerda) que não é adequada para esse tipo de atividade por causa da existência de obstáculos que dificultam o livre passeio, principalmente dos idosos. Com a

falta de espaço público para as práticas de lazer ou exercícios físicos, muitos preferem ficar em casa e não vivenciando a vida pública e a sociabilidade típica das cidades.

Quando falamos de lazer, a cidade dispõe de praças, porém sem nenhum brinquedo recreativo, academias públicas ao ar livre, ou outro equipamento nesse sentido que proporcione lazer, sendo apenas pontos de bares que acaba afastando aqueles que não se identificam. Os jovens, no momento, só dispõem de um ginásio de esporte abandonado pelo Estado, construído no bairro Zuza Holanda e de um campo de futebol, no qual está sendo construída uma quadra poliesportiva, no bairro Santo Antônio.

Portanto, a partir dos exemplos aqui brevemente relatados, podemos constatar que a expansão urbana da cidade de São José de Piranhas - PB não foi guiada pelo planejamento inicial e nem foi acompanhada por melhorias e criação de infraestruturas adequadas a demanda da população em termos de qualidade de vida. Como bem frisa Loboda (2003, apud AMORIM e LIMA, 2006, p. 71)

A qualidade de vida urbana está diretamente atrelada a vários fatores que estão reunidos na infraestrutura, no desenvolvimento econômico-social e àqueles ligados a questão ambiental. No caso do ambiente, constitui-se elemento imprescindível para o bem-estar da população, pois a influencia diretamente na saúde física e mental da população.

Inferimos então, que quando olhamos para os problemas de uma cidade, temos que ter um olhar para um todo, focando principalmente no bem-estar da comunidade, o que pressupõe boa infraestrutura e serviços públicos de qualidade e universal. É importante que as pessoas tenham uma boa qualidade de vida e que estejam atentas no que está acontecendo em sua volta, exercitando a cidadania na fiscalização da produção do espaço urbano, tomando ciência sobre o uso adequado das verbas públicas do município e cobrando infraestrutura.

Ao verificarmos estes focos de crescimento desordenado ocasionado pela expansão urbana, podemos apontar algumas áreas como alternativas para diminuir estes conflitos, estas áreas seriam os loteamentos (já abordados em capítulo anterior) que surgem de maneira planejada obedecendo às leis a que se submete. Contudo, fica a lacuna do acesso aos lotes por parte daqueles que não podem arcar financeiramente na compra de um “pedaço de chão” e nem tampouco erguer uma residência nos padrões requeridos. Os loteamentos são uma alternativa interessante para aqueles que podem fazer frente ao preço crescente dos lotes fruto da especulação imobiliária e do aumento recente da demanda pelo espaço urbano de São José de Piranhas, porém, para os pobres as dificuldades continua.

Ao refletirmos esses problemas que foram abordados, podemos perceber que embora a cidade tenha nascido planejada e atualmente disponha de um Plano Diretor, entendemos que hoje ela se encontra com alguns problemas sérios no que tange ao seu processo de expansão urbana, ocorrendo de forma desordenada, o que passa a exigir uma fiscalização intensiva não só pelos órgãos competentes, como também pela comunidade, para que desta forma as leis possam ser rigorosamente aplicadas, e a cidade ofereça qualidade de vida aos seus cidadãos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi apresentado, percebemos que a cidade de São José de Piranhas - PB teve um crescimento populacional urbano significativo durante a transição do século XX para o XXI, resultando na expansão urbana horizontal, com a construção de conjuntos habitacionais pelo Estado, de loteamentos por promotores imobiliários. O crescimento foi intensificado ainda mais com o início das obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco, aumentando quantitativamente o número de imóveis residenciais, comércios e estabelecimentos de serviços. Por outro lado, o crescimento qualitativo não acompanhou o quantitativo, ocasionando uma lacuna socioambiental que afeta a qualidade de vida dos moradores, principalmente os mais pobres.

Observando a atuação dos agentes produtores do espaço, constatamos que os empreendedores imobiliários lucram com a expansão urbana, mas tornam o crescimento da cidade mais organizado devido seu planejamento, mesmo que de forma obrigatória a partir do cumprimento legal; o Estado, que tem um papel fundamental na execução do processo de planejamento e no ordenamento do espaço urbano vem negligenciando seu papel, tanto no que concerne a produção de infraestrutura urbana quanto no planejamento e fiscalização da execução das obras, isso tendo em vista que a cidade iniciou-se de maneira planejada e, que atualmente, em algumas partes da cidade seu espaço urbano encontra-se caótico por falta de sua atuação e ineficácia, por desuso, do Plano Diretor da cidade.

Evidenciamos que não basta ter um Plano Diretor, é preciso que o mesmo saia da gaveta e tenha eficácia prática, seja acompanhado e oriente os procedimentos de fiscalização na realização de obras. Entretanto, a fiscalização deveria ocorrer de forma coletiva, com a participação dos próprios moradores para evitar irregularidades, favorecendo o exercício da cidadania e a cobrança por espaços públicos que disponibilizassem áreas recreativas e de lazer, fazendo com que o espaço urbano possa ser lugar de moradia e aconchego, onde se possa desfrutar da felicidade e do bem-estar.

Finalmente, cremos na importância do presente estudo pelo fato de podermos destacar que, mesmo numa pequena cidade, existem contradições sociais expressas no seu espaço urbano que, guardando as proporções, não é diferente dos grandes centros urbanos, portanto, merece atenção tanto quanto as grandes cidades.

Sabemos que nem tudo está perdido, precisamos urgentemente colocar em prática o planejamento e deixar de lado o improviso. É necessário também, utilizar e aprimorar os instrumentos legais como o Plano Diretor, abrir mais possibilidades de participação

democrática dos cidadãos na tomada de decisões e construção do espaço comum e socialmente justo. A participação cidadã, cobrando e fiscalizando as ações do Estado, pode ser uma saída para não deixar que o mesmo seja sequestrado pelos interesses da iniciativa privada, principalmente dos agentes imobiliários que no empenho pelo lucro, produzem a desordem e a fragmentação espacial, penalizando os mais pobres.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUI, Andreza Dantas; GONÇALVES, Claudio Dias Barbosa; SOUSA, Cidoval Morais de. Desafios e Perspectivas da Implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco no Semiárido Paraibano sob a Ótica da Justiça Ambiental. **Qualit@s Revista Eletrônica**. p.1-14. 2013. Disponível em: <<http://www.revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/download/1811/985>>. Acesso em: 20 de abr. de 2014.

AMORIM, Margarete Cristiane de Costa; LIMA, Valéria. A Importância das Áreas Verdes Para a Qualidade Ambiental das Cidades. **Revista Formação**. n. 13, p. 139-165. Disponível em: <<http://www.revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/835/849.pdf>> Acesso em: 06 de ago. de 2014.

BARBOSA, Kleyson Bruno Chaves. Subversores da ordem colonial: Posse e domínio de terras envolvendo a Casa da Torre de Garcia d'Ávila e colonos no sertão do Piancó (1757-1765). In: V ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – ANPUH/RN, 5, 2012, Caicó. **Anais...**. Caicó: Anpur/rn, 2012. v. 1, p. 1 - 25. Disponível em: <<http://www.rn.anpuh.org/.../Subversores da ordem colonial Pos>>. Acesso em: 04 nov. 2014.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional**. Projeto Básico Ambiental – PBA – Revista Eletrônica. Brasília. 11 dez. 2013. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid...04df..> Acesso em: 20 de abr. de 2014.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional**. Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/saofrancisco/integracao/rima.asp>> Acesso em: 23 de ago. de 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2003.

FARIA, Caroline. **Transposição do Rio São Francisco**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/hidrografia/transposicao-do-rio-sao-francisco/>>. Acesso em: 15 de mar. de 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades@**: São José de Piranhas – PB. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?codmun=251450&search=paraiba%7Csao-jose-de-piranhas%7Cinphographics:-history&lang=_ES> Acesso em: 01 de fev. de 2015.

IBGE: População de Bernardino Batista é a que mais cresce; Cajazeiras cresceu 10,8%. Lista. 2014. **Diário do Sertão**. Disponível em: <<http://www.diariodosertao.com.br/artigos/v/sertao/ibge--populacao-de-bernardino-batista-e-a-que-mais-cresce-cajazeiras-cresceu-10-8---lista/20140503110510>>. Acesso em: 29 nov. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – Ipeadata. **Dados macroeconômicos e regionais**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 25 de out. de 2015.

JUNIOR, Itamar Rangel Vieira. **A Expansão de Salvador**: A produção do espaço urbano em via metropolitana. Monografia de Bacharelado. Salvador.Bahia, 2005.

LIMA, Messias Ferreira. **São José de Piranhas - PB: Um Pouco da sua História**. Cajazeiras: Gráfica e Editora Real, 2010.

LIMA, Vandilson. [**Piranhas Velha**]. [S.I.], 05 de janeiro de 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=388357911255839&set=a.388357787922518.90842.100002448992147&type=3&theater>>. Acesso em: 29 de nov. de 2015.

MIRANDA, Ângela Francisca. Planejamento na administração das pequenas cidades: uma exigência dos novos tempos.**Administração e Negócios**. 27 de maio 2010. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/planejamento-na-administracao-das-pequenas-cidades-uma-ex...>> Acesso em: 10 de out. de 2015.

MOURA, Chistiano. **Projeto de Integração do Rio São Francisco de São José de Piranhas - PB**. Constrói Vilas Produtivas em São José de Piranhas e Cajazeiras. 16 de março de 2015. Disponível em:<<http://www.coisasdecajazeiras.com.br/?=17406>>. Acesso em: 14 de ago. de 2015.

NOZOE, Nelson.Sesmaria e apossamento de terras no Brasil Colônia.XXXIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 33, 2005, Natal. **Anais...** Natal, RN: Anpec, 2005. 1 v. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A024.pdf>>. Acesso em: 05 de nov. de 2014.

OLIVEIRA, Gilson Batista de.**Planejamento e desenvolvimento regional: considerações sobre a região metropolitana de Curitiba**.09 de outubro de 2007. Disponível em:<http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/iiseminario/politicas/politicas_08.pdf> Acesso em: 13 de jan. de 2015.

OLIVEIRA, Pedro Lins de. **São José de Piranhas - PB um Resumo de sua História**. João Pessoa: A União, 1992.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 3. ed., São Paulo: Hucitec, 1994.

SÃO JOSÉ DE PIRANHAS. Lei nº 359, de 14 de janeiro de 2008. Institui o Plano Diretor do Município de São José de Piranhas e dá outras providências. **Plano Diretor**. São José de Piranhas, PB, 2008.

SILVA, Jorge Kleber Teixeira; LIMA, Maria Helena Palmer. Evolução do marco legal da criação de municípios no Brasil. in: IBGE. **Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. p. 15-18.

SOUSA, Josefa Rafaeli Ferreira de. et. al. A Repercussão Sócio Ambiental da Transposição Hídrica no Semiárido Nordestino Brasileiro e as Demandas de uma Gestão Participativa.**I**

Workshop internacional Sobre Água no Semiárido Brasileiro. Campina Grande – PB.
vol.1-5. 2013. Disponível
em:<http://www.editorarealize.com.br/.../aguanosemiarido/.../Modalidade_4datahor...//Acesso
em: 09 de mar. de 2014.